



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
– CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
– NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ADRIANA DA SILVA BOEIRA

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, O ESPAÇO DIGITAL E O PROCESSO DE
DESCULPABILIZAÇÃO DO AGRESSOR NUMA NARRATIVA FÍLMICA**

CASCAVEL – PR

2023



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
– CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
– NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ADRIANA DA SILVA BOEIRA

**A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, O ESPAÇO DIGITAL E O PROCESSO DE
DESCULPABILIZAÇÃO DO AGRESSOR NUMA NARRATIVA FÍLMICA**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, sob a orientação da Profa. Dra. Luciane Thomé Schröder

CASCAVEL – PR

2023

ADRIANA DA SILVA BOEIRA

A violência contra a mulher, o espaço digital e a desculpabilização do agressor numa narrativa fílmica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos Discursivos: Memória, Sujeito e Sentido, foi APROVADA pela seguinte banca examinadora:


Orientadora - Luciane Thomé Schröder


Ana Josefina Ferrari


Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Cascavel, 26 de agosto de 2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da
Unioeste.

da Silva Boeira, Adriana
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, O ESPAÇO DIGITAL E O
PROCESSO DE DESCULPABILIZAÇÃO DO AGRESSOR NUMA NARRATIVA
FÍLMICA / Adriana da Silva Boeira; orientadora Luciane Thomé
Schröder . -- Cascavel, 2023.
103 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

1. discurso . 2. violência contra a mulher. 3. espaço
digital. 4. sociedade. I. Thomé Schröder , Luciane, orient.
II. Título.

À minha amada filha, Ana Carolina, minha fonte de motivação e orgulho, sua presença na minha vida é um lembrete constante de que o amor verdadeiro é a conexão profunda entre mãe e filha, você é o tesouro mais valioso que eu posso ter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sabedoria, força e inspiração concedidas ao longo dessa jornada, sua presença constante em minha vida tem sido a base para todos os meus esforços e conquistas.

À minha orientadora, Dra. Luciane Thomé Schröder, obrigada pela orientação cuidadosa e paciência incansável, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também a minha colega de mestrado, Rebeca. Nossa parceria foi enriquecedora, compartilhamos conhecimentos, ideias e experiências ao longo desses dois anos, sua amizade, suporte mútuo e troca de ideias foram fundamentais para mim.

Por fim, expresso minha gratidão a todos os professores, profissionais e pesquisadores que dedicaram seu tempo e conhecimento para o enriquecimento do meu percurso acadêmico, em especial, a minha banca avaliadora, Dra. Ana Josefina Ferrari e Dr. Alexandre S. Ferrari Soares, obrigada pelas contribuições inestimáveis que me motivaram a buscar o conhecimento e a excelência.

A todos vocês, meu profundo agradecimento, esta dissertação não seria possível sem a colaboração e o suporte de cada um, que nossos caminhos continuem a se cruzar, trazendo crescimento, aprendizado e realizações.

“Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas.”

(Audre Lord)

BOEIRA, Adriana da Silva. **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, O ESPAÇO DIGITAL E O PROCESSO DE DESCULPABILIZAÇÃO DO AGRESSOR NUMA NARRATIVA FÍLMICA**. 2023. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2023.

RESUMO

Na sociedade brasileira e mundial, tem-se assistido ao aumento da violência contra a mulher, ou, talvez, agora, tem-se assistido à sua exposição de forma menos velada, por conta dos canais de denúncia e as redes de apoio às vítimas. Considerando o amplo e complexo debate que envolve o tema, esta dissertação procede a um recorte e volta-se para a análise de discursos sobre as práticas de violência contra a mulher decorrentes das redes sociais, tomando como *corpus* de investigação um docudrama. Embora os espaços de mídia ocupem um importante papel social, seus canais têm engrossado o leque de ações de violência contra a mulher, vítimas de assédios, de ameaças, de perseguições e exposições de seus momentos íntimos por parceiros e ex-companheiros, com o propósito de humilhar, denegrir e prejudicar publicamente a vítima. Na compreensão de que existem condutas sociais avaliadas como melhores e piores em decorrência de normas sociais enraizadas em vista de uma sociedade marcadamente ainda patriarcal e machista, que, historicamente negou a autonomia feminina, a pesquisa, valendo-se do enfoque teórico da Análise de Discurso de linha francesa, problematiza por meio de recortes de cenas e enunciados da série "Vítimas digitais" (2019), como o discurso de violência encontra respaldo numa prática de desculpabilização do agressor. A pesquisa parte do pressuposto de que os efeitos de sentido produzidos pela série geram leituras contraditórias em relação ao objetivo declarado por seus idealizadores, no caso, identificar as mulheres como vítimas e levar a sociedade a refletir o tema. O estudo mostra que para além desse propósito, manifesta-se nos recortes de análise a presença de uma memória sócio-histórica punitiva sobre o comportamento feminino, que atua como limitadora e cerceadora sobre o que pode ou não a mulher em relação ao seu corpo, à sua sexualidade, às suas escolhas ao deixar indícios de uma tolerância frente à postura/ação do sujeito masculino. O resultado alcançado por este estudo é mais uma provocação ao discurso linear e explicitado nos propósitos do docudrama que visa dar voz à mulher, porque mostra como ainda é preciso que amarras da ordem da formação social sejam desfeitas para que uma condição de equidade entre os sujeitos seja conquistada; há, de fato, no mundo, questões particulares que afetam todas as mulheres, simplesmente, porque são mulheres (ADICHIE, 2015). A vulnerabilidade feminina encontra raízes no preconceito escrito nas tábulas rasas das estruturas sociais que dispõem sobre o que seja da ordem do masculino em detrimento do feminino. Assim, buscou-se, aqui, somar às reflexões que se orientam a pensar sobre o tema de violência contra a mulher em prol de que os crimes e as culpas encontram em outras versões também possibilidades de compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, violência contra a mulher, espaço digital, sociedade.

BOEIRA, Adriana da Silva. **VIOLENCE AGAINST WOMEN, THE DIGITAL SPACE, AND THE PROCESS OF EXONERATING THE AGGRESSOR IN A FILMIC NARRATIVE.** 2023. 103p. Dissertation (Master's in Letras) – Western Paraná State University – UNIOESTE, Cascavel, 2023.

ABSTRACT

In Brazilian and global society, there has been an increase in violence against women, or perhaps now, there has been a less veiled exposure due to reporting channels and support networks for victims. Considering the broad and complex debate surrounding the topic, this dissertation focuses on analyzing discourses about acts of violence against women stemming from social media, using a docudrama as the research corpus. Although media spaces play an important social role, their platforms have contributed to a wider range of violent actions against women, such as harassment, threats, stalking, and the public exposure of their intimate moments by partners and former partners, with the purpose of humiliating, defaming, and publicly harming the victim. Understanding that there are socially evaluated behaviors considered better or worse due to deeply rooted social norms in a predominantly patriarchal and sexist society that has historically denied female autonomy, this research employs the theoretical framework of French Discourse Analysis. It problematizes, through scene excerpts and statements from the series "Digital Victims" (2019), how the discourse of violence finds support in a practice of exculpating the aggressor. The research assumes that the meaning effects produced by the series generate contradictory readings in relation to its stated objective by its creators, which is to identify women as victims and prompt society to reflect on the issue. The study shows that beyond this purpose, the analyzed excerpts reveal the presence of a punitive socio-historical memory regarding female behavior, which acts as a limiting and restraining force on what a woman can or cannot do in relation to her body, her sexuality, and her choices, thereby indicating a tolerance towards the actions of male subjects. The result achieved by this study is a further challenge to the linear and explicit discourse presented in the docudrama's objectives, aiming to give voice to women, as it demonstrates that social constraints must still be dismantled in order to achieve a condition of equity among individuals. In reality, there are particular issues affecting all women worldwide simply because they are women (ADICHIE, 2015). The vulnerability of women has its roots in the prejudice ingrained in the blank slates of social structures that prioritize the masculine over the feminine. Thus, this study sought to contribute to the reflections aimed at understanding the issue of violence against women, promoting the understanding that crimes and culpability can also be comprehended through different perspectives.

KEYWORDS: discourse, violence against women, digital space, society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Momento em que Maria Clara fica sabendo da exposição de seus vídeos.	22
Figura 2- Cena da conversa em que Maria conta ao pai sobre o vazamento dos vídeos.....	23
Figura 3 - Teresa vai ao hospital após o estupro.....	45
Figura 4 - Tuca é perseguida por Antônio por meio de mensagens nas redes sociais.	50
Figura 5 - Tuca é perseguida por Antônio em seu local de trabalho.	51
Figura 6 - Antônio envia fotos do casal no celular e deixa recado na parede do local de trabalho de Tuca.	51
Figura 7- Sequência de imagens da cena em que o aluno de Milena mostra o vídeo de sexo divulgado em site pornô em que aparece a professora.	54
Figura 8 - Cena em que Milena vê mensagens pejorativas na lousa da sala em que daria aula.....	55
Figura 9 - Teresa	60
Figura 10 - Tuca	60
Figura 11 - Érica	61
Figura 12 - Milena.....	61
Figura 13 - Maria Clara.....	62
Figura 14 - Mensagens enviadas no <i>Facebook</i> de Teresa.....	64
Figura 15- Mensagens enviadas no <i>Facebook</i> de Teresa.....	64
Figura 16 - Cena em que Teresa assiste a notícia da morte de Marielle Franco.	65
Figura 17 - Cena do homem (agressor) bebendo antes do estupro de Teresa.	68
Figura 18 - Sequência de cenas da conversa de Teresa com o ex-marido.....	73
Figura 19 - Imagens das mensagens insistentes de Antônio enviadas no celular de Tuca.	80
Figura 20 - Imagens do perfil de Tuca em site pornô.	81
Figura 21 - Imagens da conversa entre Antônio e Dona Célia.	82
Figura 22 - Imagens da conversa entre Roger, Érica e sua mãe.	92

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	12
2 APRESENTAÇÃO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	19
3 CRIMES NA ERA DIGITAL, SEU <i>MODUS OPERANDI</i>.....	38
3.1 AS VÍTIMAS DO SERIADO E OS CRIMES NAS REDES SOCIAIS	41
3.1.1 Discurso de ódio e difamação	43
3.1.2 Perseguição (<i>Stalking</i>)	48
3.1.3 Pornografia de vingança.....	52
3.1.4 <i>Cyberbullying – Sexting</i>	56
4 UM DOCUMENTÁRIO, DIFERENTES NARRATIVAS, UMA MESMA HISTÓRIA	59
4.1 A FACE DA CULPA: A VOZ DO OUTRO (<i>SEU NOME PODE SER TERESA</i>) ..	63
4.2. A FACE DA CULPA: A VOZ DA MÃE (DONA CÉLIA)	77
4.3 NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	99

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este trabalho repousa o olhar sobre um tema tenso que afeta a vida de milhares de mulheres todos os dias, a violência. Abordá-lo é adentrar a um espaço complexo de discursos que o dizem, o explicam e, por vezes, contraditoriamente, justificam as agressões. Frente ao quadro amplo das ocorrências dessas violências, nesta dissertação, problematiza-se a violência oriunda dos meios digitais.

Antecedendo a discussão do tema em específico, inicia-se a partir da reflexão a respeito da constituição de um imaginário social que visa a definir e estabelecer limites aos usos de certos espaços, diferentemente, por homens e mulheres, como paredes invisíveis que margeiam os seus movimentos. A exemplo, sair à noite e se sentar num bar para beber sem qualquer companhia é um quadro em que homens e mulheres não são interpretados do mesmo modo. Ou seja, a mulher ainda fica mais exposta e vulnerável do que o homem. O que isso significa? Que “As marcas pejorativas, preconceituosas, não estão [apenas] nas palavras nem nos sujeitos, mas nas relações que são estabelecidas no imaginário social, no intrincado de diferenças que convivem e que se filiam à memória discursiva que se enredam nos sujeitos” (Orlandi, 2017, p. 125).

Vemos assim que este imaginário social se constitui num território delimitador e definidor de regras de condutas para os sujeitos. As imposições que pairam sobre as identidades das mulheres podem variar conforme a classe social, mas em geral, mesmo que os fatores de ordem socioeconômicos sejam díspares, algo se mantém: as mulheres continuam a sofrer por conta de uma lógica machista enraizada socialmente. As meninas desde pequenas são alertadas de forma mais exigente quanto ao uso de palavrões, assim como delas é cobrada mais atenção aos cuidados com a não exposição do corpo. Lembremo-nos dos discursos que estabelecem uma relação “evidente” entre a mulher usar uma roupa justa e curta como sinal verde à abordagem perniciosa do outro.

Para ilustrar o funcionamento desse pensamento, traz-se o discurso de uma das instituições de poder basilar em nossa sociedade, os espaços religiosos que atuam fortemente para a constituição e manutenção de um comportamento para homens e mulheres desiguais. Muitos desses espaços, orientam-se a partir de uma mentalidade patriarcal que explora de modo mais ou menos evidente, as relações de

dominação entre homens e mulheres. A relação de poder que a igreja acentuou (e acentua) sobre um sujeito em detrimento do outro, que já existia no sistema escravista desde o século XVI, estendeu-se, perigosamente, às relações conjugais com consequências severas para as mulheres. Assim, ao normalizar o papel de escravas domésticas, há séculos normalizou-se a obrigatoriedade da obediência feminina ao espaço íntimo, cabendo desde sempre à mulher servir sexualmente seus homens (maridos ou amantes) como se isso fosse “natural” (Del Priore, 2005). Esses princípios corroboraram para destituir a identidade feminina da sua autonomia, seja no espaço privado, seja no espaço público. Certos ensinamentos reverberam fortemente sobre a vida das mulheres e, não raro, implicam em submissão. Uma submissão que tem requerido muitas lutas no espaço privado e social para serem superadas.

Pecando-se por uma simplificação, mas permanecendo ainda sobre o guarda-chuva religioso, tem-se que o funcionamento entre o que seja da ordem do sagrado e do profano. Essa polaridade estabelece as diferenças entre a boa mulher-esposa-filha e as más. As primeiras se identificam com discursos reprodutores das santas virtudes, à imagem e semelhança de Maria, mãe de Jesus, enquanto as más mulheres, que se desidentificam com tal discurso, orientam-se pelo legado de Eva, a pecadora. Os padrões estabelecidos dentro dessa conjuntura geraram, e geram, influência na construção moral da sociedade, sacralizando e naturalizando, por exemplo, o papel da mulher como objeto de procriação (Telles, 2004), sobrando muito pouco espaço para que ela atue em outras frentes.

Nesse sentido e como eixo central para a reprodução dos valores instituídos pela igreja, a família era e é a base mantenedora do patriarcado. Por isso, ao retomar-se a configuração que a igreja exerceu e exerce, é parte importante para uma contextualização do *corpus* e tema desse trabalho. O escopo familiar, junto da ordem religiosa (ou vice-versa), fez com que os gêneros feminino e masculino sejam definidos a partir de fundamentos morais historicamente determinados. A colonização brasileira estabeleceu para as mulheres uma condição: elas deviam e devem obediência: a Deus, ao pai, ao marido, ao Ser superior. Portando, há, desde sempre, um eu-masculino impondo-se ao eu-feminino (Follador, 2009).

A partir desse legado, os espaços sociais ocupados pelas mulheres foram sendo definidos, dentre eles, o de como deve ser e se portar uma mãe ou uma esposa. Assim, as mulheres reproduzem em função das ideologias que perpassam a história das mulheres um imaginário do que era e é ser mulher e de como se comportar.

À história feminina é negada a pluralidade constitutiva de um eu para além das delimitações sócio-históricas, o que mantém fortalecida a valorização diferenciadora ainda assistida ao que pode, ao que cabe e ao que deve à mulher *versus* o que pode, cabe ou deve aos homens.

Em consideração às relações interpessoais, particularmente voltadas aos temas amorosos que atravessam este trabalho, existiu e ainda existe uma orientação ao feminino marcada por filiações discursivas que implicam num comportamento conservador no que se refere às questões da sexualidade feminina. Essas filiações discursivas são regularidades advindas da memória discursiva de uma sociedade machista alicerçadas pelo discurso patriarcal. Direcionar o olhar para as diversas formas de manifestação de violência contra a mulher sublinhadas pelo discurso da sexualidade, tema envolvido na pesquisa, possibilita-se a reflexão sobre a complexidade das questões-problemas que geram consequências para as mulheres e suas escolhas no campo amoroso.

Diante do quadro histórico que compõe um pano de fundo às discussões das análises, reflete-se sobre como a violência contra a mulher é discursivizada no *corpus* selecionado. O trabalho deseja somar aos demais estudos voltados à temática de análises sobre as violências contra as mulheres tendo como meta refletir para desestigmatizar. Ao analisar os discursos que as falam, porque se está partindo de uma narratividade oriunda de muitas vozes que se entrecruzam para constituir “um” discurso, propõem-se escutas sobre os discursos de culpabilidade, especialmente, na esfera da vida privada.

O *corpus* em estudo permite pensar os movimentos que a sociedade tem vivido. Do estupro nas ruas, passamos a assisti-los através das câmeras do celular. O que não se alterou foi a manutenção da violência sobre o gênero feminino, ainda fragilizado em vista das escolhas que a mulher faz e que implicam sobre seu corpo, a sua imagem, a sua presença física no espaço social.

O corpo, nas palavras de Orlandi (2017, p. 72) citando Beauvoir (2002), “não é uma coisa, é uma situação, ao mesmo tempo tomada do mundo e esboço de projetos”. O material selecionado para a análise, aqui, traz essa presença do corpo que representa uma “situação” problema: ora é um corpo estuproado, ora ele é exposto na sua intimidade, ora ele é perseguido. Ele é a materialidade na qual se inscreve um problema social, moral e ideológico.

Sensível a esse problema, justifica-se a escolha por olhar a questão da mulher e suas escolhas no campo amoroso a partir do espaço digital, porque a violência que ocorre no ambiente virtual é um problema social a ser combatido.

Compreende-se que as redes sociais alcançaram seu protagonismo na vida cotidiana das pessoas, permitindo aos sujeitos em conformidade com o livre arbítrio, exporem seus pontos-de-vista e vidas em páginas digitais. Mas, com isso, uma nova ordem de violência se estabeleceu e tem feito com que as redes se tornem um lócus de controvérsias, pois são nelas que os limites das agressões contra o gênero feminino se excedem. A internet tem se constituído num novo espaço e onda de crimes contra as mulheres: assédios, ameaças, perseguição e ridicularização têm implicado numa cadeia de fragilização da mulher na era digital muito grave, especialmente, porque o universo digital tem suas fronteiras e barreiras muito pouco estabelecidas, e os relacionamentos amorosos têm sido transformados por essa tecnologia.

A internet tem proporcionado novas formas de comunicação e conexão nem sempre saudáveis, nem sempre positivas. Ela também tornou mais fácil conhecer pessoas e manter contato com parceiros em potencial em diferentes e variadas plataformas, aplicativos de namoro e sites de relacionamento, por exemplo, que oferecem uma infinidade de opções para as pessoas se conectarem e iniciarem relacionamentos.

Considerando as redes sociais como espaços propícios a embates discursivos, nas diversas plataformas existentes são expostos discursos que geram uma série de conflitos sociais até então não existentes: o que para alguns soa como debate caloroso para outros pode se tratar de uma exposição abusiva do tema e dos envolvidos. Desse modo, os eventos discursivos no ambiente digital podem levar um mesmo interlocutor a manifestar uma multiplicidade de julgamentos, sentidos cristalizados sem filtro, fazendo com que ele passe a comungar (talvez até ingenuamente) de pautas discursivas violentas e preconceituosas.

Orlandi (2017), delinea uma compreensão para o conceito de preconceito que atravessa o tema desta pesquisa. Segundo a autora, o preconceito um sentimento construído socialmente.

O preconceito é uma discursividade, que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação. (...) há um imaginário social que vai constituindo direções

para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social, e a relação com a alteridade (Orlandi, 2017, p. 94).

Assim, tendo como perspectiva teórica a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, nesta dissertação, analisa-se recortes de cinco¹ episódios da série “Vítimas digitais” como meio de tocar as questões problemas sobre a violência contra a mulher, o espaço digital e o processo de culpabilização que envolve as personagens.

Como *corpus* de análise, procedeu-se a seleção de trechos do docudrama² dirigido por João Jardim, exibida no canal fechado GNT, no ano de 2019. A narrativa foi produzida pelos roteiristas Felipe Sholl, Fabio Mendes, Clara Meirelles e Antônia Pellegrino. De forma resumida, o seu escopo é denunciar, dar voz e mostrar que a violência nos espaços digitais ocorre e atinge diferentes mulheres em diferentes circunstâncias³.

A série constrói sua narrativa ancorada em histórias reais vividas por mulheres brasileiras. Cada episódio é intitulado com o nome (fictício) das vítimas, sendo entrecortado por depoimentos e comentários de 13 especialistas que atuam na área de crimes digitais, destacando-se: Gabriela Manssur, promotora de Justiça do Estado de São Paulo; Juliana Cunha, diretora da Safernet; Beatriz Accioly Lins, antropóloga da USP; e Ronaldo Lemos, idealizador do marco civil da internet. Essas participações especiais atuaram como vozes autorizadas, tecendo comentários, explicações e posicionamentos sobre as histórias narradas.

Além das autoridades destacadas, há a participação de psicanalistas, coordenadores de ONGs e de grupos de apoio à mulher. Cabe destacar que fala desses profissionais e especialistas funcionam como fonte de esclarecimentos ao

¹ A série completa é composta de sete episódios, mas, para o presente estudo, fez-se a seleção de cinco deles, por conta da seguinte razão: dois dos episódios traziam enredos muito semelhantes (o que acarretaria numa repetição) e, outro, aborda a questão dos crimes digitais a partir da vitimização masculina, afastando-se dos propósitos deste trabalho.

² O docudrama é um tipo de gênero que combina elementos tanto da ficção quanto da realidade, contando histórias dramáticas baseadas em eventos reais, por meio de atores. Essas histórias geralmente envolvem situações cotidianas extremas ou limitantes que foram vivenciadas por pessoas comuns. O docudrama é diferente dos formatos de documentário ou *reality show*, pois é contado de maneira mais ficcionalizada e menos restrita (Fuenzalida, 2008).

³ À título de informação (e reflexão): a história do cinema é marcadamente masculina, e essa realidade não se limita ao Brasil. Em matéria divulgada pela BBC Brasil, no ano de 2018, a partir de uma análise de dados coletados pela Universidade do sul da Califórnia, dos 1.223 diretores envolvidos nos projetos de 1.100 filmes produzidos entre 2007 e 2016, apenas (4%) eram mulheres (BBC Brasil, 2018). No Brasil, dos 1.211 filmes lançados até 2015, apenas (16%) deles tiveram a direção feminina (Arteaberta, 2016), por exemplo. A menção aos números visa mostrar a predominância do olhar masculino nesse espaço, o qual marca a série “Vítimas digitais”, *corpus* deste estudo.

público leigo e imprimem cientificidade e veracidade aos fatos problematizados, ao passo que os comportamentos das personagens e dos dramas vivenciados por elas são avaliados e, inclusive, diagnosticados.

O diretor da série afirmou em entrevista que o canal já estava interessado em abordar o tema das mídias sociais, e após realizar pesquisas, optou-se por explorar como as redes sociais podem atuar de maneira prejudicial em relacionamentos amorosos. A partir dessa perspectiva, buscou-se histórias reais para serem dramatizadas e, assim, compartilhadas com o grande público, segundo Jardim (Estadão, 2019).

Embora a obra contasse com análises de especialistas, o diretor da série enfatizou que ela não foi produzida com uma preocupação didática, ou seja, dar ao público leigo conhecimento teórico sobre o tema. Sua motivação teve por foco as histórias das vítimas, buscando-se “contar bem a história, de forma pertinente, que mostre a relevância da narrativa e a dimensão dela. O objetivo é gerar identificação [...] o telespectador tem várias oportunidades para se reconhecer considerando a diversidade das narrativas, tanto de crimes quanto em relação às personagens, com diferentes idades, gêneros e condições sociais” (Estadão, 2019).

Segundo Machado (2000), as narrativas seriadas se distinguem pela progressão gradual das ações, com uma sucessão de episódios, que têm o poder de cativar, evocar emoções e gerar identificação nos telespectadores, o que provoca um efeito de aproximação (pela emotividade), mas também distanciamento (trata-se da história do outro), despertando o telespectador, por fim, para a empatia. Ao acompanhar a evolução das personagens e das tramas ao longo dos episódios, os telespectadores desenvolvem uma relação de familiaridade e apego aos elementos narrativos apresentados, e a conexão emocional desperta emoções nos telespectadores, fazendo com que eles se envolvam emocionalmente com a história, o que leva, portanto, ao processo de identificação cujo elemento conecta as personagens reais/fictícias aos telespectadores.

Na AD, a identificação pode ser vista como o modo pelo qual o sujeito é interpelado pela ideologia, como é afirmado por Pêcheux: “A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (Pêcheux, 1995). Em termos gerais, o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia, está assujeitado à Formação Discursiva (doravante FD) em que inscreve seu discurso, sendo somente no interior da FD que o sentido se produz.

Nesse caso específico, a interpelação ocorre por meio da identificação com uma FD dominante, que é moldada pela ideologia. A ideia central aqui é que a identificação não é apenas um processo individual, mas está intrinsecamente ligada à maneira como os discursos e as estruturas sociais moldam e influenciam a subjetividade de um sujeito. Ao se identificar com uma FD, o sujeito internaliza e reproduz os valores, crenças e normas que são disseminados por essa formação discursiva específica, sendo interpelados pela ideologia tornando-se agentes ativos na reprodução e perpetuação dos discursos dominantes em uma determinada FD.

A maneira como o docudrama retrata a realidade das vítimas demonstra como cada uma delas foi construída de forma a encontrar do outro lado uma espectadora que tenha ou esteja vivenciando alguma das situações-problema em tela. O enredo propõe-se a contar a história mostrando a dimensão das dores das mulheres-personagens e assim o faz. Contudo, o discurso falha e o trabalho de análise busca mostrar como ocorre uma prática de desculpabilização do agressor e, com ela, a manutenção da culpa feminina ao sofrer a violência.

Para mostrar esse discurso em funcionamento, analisa-se os implícitos, silêncios e não-ditos a fim de apresentar que ao lado dos objetivos dos idealizadores da série, um outro discurso emerge, passível de leitura e interpretação.

A pesquisa se orienta pelos seguintes objetivos específicos:

- a) analisar como emerge a presença de um discurso ancorado numa formação discursiva materna no *corpus* que trabalha para a desculpabilização do outro;
- b) interpretar como a formação discursiva materna atua na manutenção do discurso da culpabilidade feminina;
- c) compreender como a violência contra a mulher é naturalizada e minimizada nas narrativas em análise a partir da desculpabilização do homem vs. a culpabilização da vítima.

A dissertação é organizada em três capítulos: no primeiro é apresentado o capítulo de fundamentação teórica que dará sustentação à pesquisa; no segundo capítulo, apresenta-se os tipos de violência digital que atingem as mulheres nas redes sociais. No terceiro capítulo, explica-se sobre a delimitação do *corpus* e a sua análise, por fim, seguem-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 APRESENTAÇÃO DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise de Discurso surgiu nos anos 60 numa época de domínio dos estudos do estruturalismo que reverberavam nas Ciências Humanas e Sociais à época. Apesar das diversas abordagens teóricas para o estudo da linguagem centrados na língua, a Análise de Discurso ocupou-se de problematizar as questões do discurso, no caso, a partir dos pressupostos teóricos orientados pelo filósofo Michel Pêcheux.

Segundo Malidier:

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele progressivamente amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo! Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no “debate”. Neste novo contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que o *discurso*, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele (Malidier, 2002, p. 16 – grifo da autora).

Na apresentação do livro “O Discurso, Estrutura ou Acontecimento” (Pêcheux, 1990), em notas ao leitor, Orlandi afirma que Michel Pêcheux desenvolveu uma abordagem reflexiva da linguagem que não se limitou a aceitar evidências preestabelecidas, mas sim se concentrou em analisar as complexidades e nuances da linguagem (Orlandi, 1990).

O que interessa à AD é o estudo da compreensão da língua em funcionamento para a produção de sentidos, o que possibilita ao analista estudar unidades que vão além da frase, pois mais do que saber o que o texto significa, busca-se responder a questão referente ao “como” o texto/discurso significa em vista das ordens socioideológicas de sua produção. Esse questionamento provoca um deslocamento em relação à pergunta a ser respondida: já não é o “o quê?” mas o “como?” que significa (Orlandi, 2012): como as narrativas que envolvem o discurso sobre a violência contra a mulher falha?

Pêcheux (2015) introduziu novos procedimentos para construir e compreender o discurso como resultado de um sujeito afetado ideologicamente; ele fundou a

Análise de Discurso, configurando-se, o que passou a ser definido como uma ruptura nos estudos da linguagem, pois em vista da articulação da materialidade linguística aos aspectos histórico-sociais e ao político, permeada por uma teoria psicanalítica do sujeito, inaugurava-se uma nova ordem de reflexão.

No entremeio desses campos do conhecimento, a AD instituiu o discurso como objeto de análise, considerando-o enquanto prática constituída nos e pelos aspectos sócio-históricos que sinalizam diferenças em relação ao tratamento do sentido, constituindo-se, então, o que conhecemos da AD: uma disciplina de interpretação que não se furta a perguntas e problematizações: por que as coisas ditas são da forma que são? Por que os sentidos estabelecidos podem ser outros?

A partir da AD, questionou-se a transparência da linguagem e colocaram-se questões para a linguística e para as ciências sociais; concentrando-se a atenção não mais na língua/texto como estruturas fechadas, mas no discurso como objeto sócio-histórico e ideológico em que o linguístico intervém como pressuposto de um trabalho de idas e vindas em relação ao funcionamento da língua(gem) na interface da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise.

Nessa mirada, os estudos discursivos inaugurados por Michel Pêcheux (1938-1983) deram à AD, se não o *status* de ciência (Possenti, 2005), a condição de capacitar aos que se debruçam sobre seus arcabouços metodológicos a olhar para o objeto língua sem desvinculá-lo do que há de elementar para a compreensão do sentido: a historicidade e a ideologia.

Ao analisar a relação entre os elementos que constituem o discurso, Michel Pêcheux (1997), sob influência de Louis Althusser (1992) e os princípios das provocações relacionada aos Aparelhos Ideológicos do Estado, procurou assimilar a materialidade linguística, o histórico-social e o político, vinculando-se às teorias psicanalíticas do sujeito e ao materialismo histórico e dialético, formulando a tríade língua, sujeito e história na constituição do discurso.

Como conceitua Althusser (1992), a ideologia existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Não se deve esquecer que ela é material. Os sujeitos, enquanto indivíduos ideológicos sofrem suas determinações, sendo afetados pelas condições de existência dessas instituições que estabelecem uma relação imaginária entre esse espaço “real construído” e as relações de força que emanam das instituições e passam a funcionar no sujeito (Althusser, 1970). A exemplo do que se pontou na introdução deste trabalho em relação ao papel da instituição religiosa na

construção de um imaginário para o comportamento feminino. Afinal, fez-se verdade que a mulher deveria servir ao homem e, assim, o que poderia ser “opção” passou a legitimar as relações entre os sujeitos cabendo a um mandar e ou outro obedecer.

Portanto, a existência de uma ideologia que opera de forma determinista sobre certos padrões de comportamento a serem seguidos pelas mulheres atravessam a sua identidade, provocando compreensões e avaliações.

A ideologia da Ideologia reconhece, portanto, apesar da sua deformação imaginária, que as «ideias» de um sujeito humano existem nos seus actos, ou devem existir nos seus actos, e se, isto não acontece, empresta-lhe outras ideias correspondentes aos actos (mesmo perversos) que ele realiza (Althusser, 1992, p. 87).

Por isso, frente a uma ordem discursiva oriunda de diferentes ensinamentos sobre o que seja ser mulher e como ela deve se comportar, tornam-se “rituais em que elas se inscrevem, no seio material de um aparelho ideológico” (Althusser, 1992, p. 87), sem que o sujeito questione por que as coisas são como são. O que faz parte do funcionamento dos aparelhos ideológicos, isto é, não tornar visível ao sujeito tal compreensão. Desse modo, se a mulher deseja fazer sexo, mas não se envolver emocionalmente, isso deixa de ser uma questão particular, e passa pelo crivo da avaliação moral dos espectadores sociais.

No episódio de Maria Clara⁴ o conflito se instaura por conta da posição sujeito assumida por ela, que rejeita o pedido de casamento de seu namorado Arthur e decide terminar o namoro assim que ele começa a pressioná-la. O namorado sugere que se casem e Maria diz *“eu ainda nem terminei meu mestrado, não tenho nenhuma profissão, é cedo ainda para casar”*. Após o namorado continuar a pressão, ela então decide desistir do namoro: *“você vai ser sempre muito especial na minha vida, mas já que a gente não vai casar, eu quero desistir do namoro, eu não quero ficar te iludindo, você me pediu em casamento, não dá para fingir que está namorando, não dá, tem um desnível de expectativa muito grande, isso vai acabar gerando frustração”*.

Nesta história, a posição do sujeito homem deixa, no discurso, traços de seu pertencimento a uma formação discursiva patriarcal, conforme os enunciados mostram, no momento em que Arthur fica inconformado com o término e esbraveja *“porra, como assim, eu acabei de te pedir em casamento, você é minha mulher”*. Na

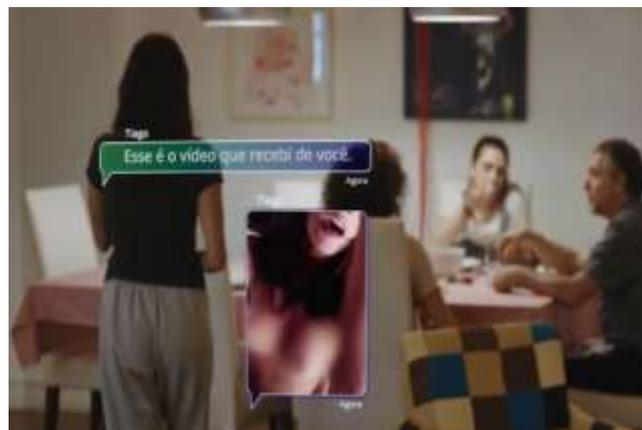
⁴ No capítulo 4, intitulado: “Um documentário, diferentes narrativas, uma mesma história” o episódio de Maria Clara será analisado.

visão de Antônia Pelegrino (2019), a fala de Maria Clara, “*para muitos homens soa agressiva e impossível*”, afinal as mulheres foram criadas para pertencerem aos homens.

A FD machista de Arthur, ao se referir a namorada como “minha mulher, demonstra que a possessividade masculina em expressões como esta, está ligada a posse emocional que faz com que ele necessite reforçar o compromisso entre eles. A expressão também pode ser vista, neste caso, como uma forma de controle ou possessividade excessiva, relacionada a atitudes de ciúme, insegurança ou desejo de exercer poder e domínio sobre o parceiro.

Alguns dias após o término, Arthur divulga os vídeos. A rejeição sofrida por ele, autoriza o homem, no caso, a invadir a conta de e-mail da ex-parceira e, por meio dela, acessar o computador e seus arquivos. O clímax do conflito é o constrangimento social pelo qual Maria Clara passa a ter vídeos íntimos do casal publicizados a amigos e familiares.

Figura 1- momento em que Maria Clara fica sabendo da exposição de seus vídeos.



Fonte: Globoplay (2019). Imagem retirada do episódio Maria Clara.

A série, no decorrer da narrativa, enfatiza os julgamentos sofridos por Maria por parte de amigos e familiares, em especial, de seu pai e irmã, que a pressiona e a convence a relatar o ocorrido aos pais: “*you tem que falar para o papai, eu não vou explicar por você, já vazou para a família inteira*”.

Ao tomar conhecimento do vazamento do vídeo íntimo, o pai de Maria fica enfurecido, sentindo-se profundamente perturbado, ele expressa sua indignação ao repetir duas vezes o enunciado “*eu não criei filha para isso*” “*eu não criei filha para isso*”.

Figura 2- Cena da conversa em que Maria conta ao pai sobre o vazamento dos vídeos.



Fonte: Globoplay (2019). Imagem retirada do episódio Maria Clara.

Segundo a antropóloga Beatriz Lins (2019), "a moralidade atribuída a uma mulher não afeta somente sua própria reputação, mas também a do homem envolvido". Efeitos de sentidos se desprendem do discurso do pai ele quando utiliza o pronome "isso", isso o quê? A filha representaria uma mulher com comportamento liberal, portanto, inapropriado? Ela seria uma pessoa que macula o nome da família em vista da exposição sofrida? Ela põe em questionamento a criação dada pelo pai perante familiares e amigos? Esses questionamentos emergem de uma formação discursiva conservadora e patriarcal, em que a mulher indigna é uma escória, uma vergonha. E Maria Clara faz-se escura: uma mancha na reputação da instituição familiar.

Na perspectiva do pai – homem de classe média alta, branco, conservador e ocupante da posição sujeito chefe de família –, que assume a postura de sujeito cuidador e, com ela, a de autoridade no lar: na série, é aquele preocupado com quem as filhas se envolviam e autorizado a interrogar os namorados. Maria Clara, jovem, bonita e sensual, professora universitária colava à sua imagem a conduta da mulher discreta e virginal: cara lavada, roupas despojadas, cabelos naturalmente desalinhados. Ou seja, nada em sua postura justificava fazer sexo, menos ainda, ser filmada: como uma prostituta? Uma mulher vulgar? Uma mulher qualquer? Uma vagabunda? Os deslizos de sentido se ancoram em significantes pejorativos que alimentam o imaginário criado em torno do sujeito-mulher-filha, pois "*ele [o pai] não tinha criado filha para isso [aquilo]*". A formação discursiva conservadora e patriarcal representa na formação ideológica determinante e na qual o sujeito pai se insere a presença de um rompimento no acordo tácito das condições de produção em cena: a

família conservadora em sua funcionalidade. Nessa toada, revela-se a posição sujeito das mulheres na história e na sociedade que vivem a dualidade do bem e do mal, da santa e da pecadora. Nunca uma totalidade, mas uma metade: aquela que responderia ao espaço e papel que se deve ocupar.

A construção do imaginário em torno do sujeito é histórica e discursiva; o discurso que circula nos dizeres do pai, filia-se à formação discursiva conservadora, patriarcal e também machista. Tendo em vista que a liberdade sexual se destina aos sujeitos-masculinos, uma evidência que resulta do trabalho da ideologia, esse imaginário do sujeito-mulher casta e santa é construído a partir de discursos ideológicos que estabelecem às mulheres que elas devem assumir um papel específico na sociedade em oposição ao lugar que é ocupado pelos homens. Desse modo, a atitude da filha ia de encontro à formação discursiva em cena no âmbito familiar.

Althusser (1992), em sua obra “Aparelhos ideológicos do Estado”, afirma que a classe dominante desenvolve estratégias para manter seu poder e explorar a classe dominada, criando mecanismos de perpetuação e reprodução das condições de exploração por meio dos Aparelhos Ideológicos (AIE), como a família, a religião, a cultura, a mídia, a escola e outros. Essas instituições exercem influência através da repressão ou da ideologia para forçar a submissão da classe dominada às relações de exploração, sendo que o surgimento desses mecanismos socialmente organizados implica em demarcações de discursos ideologicamente definidos. Percebemos que de um lado, observa-se o sujeito atuando de forma a sustentar tais mecanismos (a figura do pai conservador e machista e a cultural patriarcal); de outro há os sujeitos que são colocados (pelos determinismos sociais) em diferentes formações sociais, em diferentes discursos que são ideologicamente marcados pela controvérsia, ou até mesmo, pela resistência.

Nesse sentido, a resistência é assumir uma postura outro: na conversa com Lígia (a irmã) que a reprimou e julgou, “*como assim, se filmar transando?*”, Maria Clara resiste, explicando que fez por escolha própria: porque quis e desejou, porque na sua sexualidade ele encontrava vazão para a liberdade. Haveria ali uma transgressora?

No enunciado de Lígia, “*como assim, se filmar transando*”, o sentido é concebido como algo que se constrói em relação ao sujeito que enuncia e também às condições de produção da enunciação, pressupondo que o sentido de uma palavra

não existe em si mesmo, mas sim é determinado pelas posições ideológicas presentes em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas, mudando de sentido conforme as posições sustentadas por quem as emprega, adquirindo sentido em referência a essas posições, já que o discurso é um objeto sócio-histórico que permite a partir da sua materialização verbal ou imagética o trabalho da ideologia. Assim, pode-se analisar como a ideologia manifesta na língua, bem como o seu trabalho (Pêcheux, 2014).

Vertendo o olhar para o *corpus*, quando os sentidos da violência são retomados por mulheres, como no discurso da irmã de Maria Clara, faz-se relevante observar a posição desse sujeito que enuncia, pois determinados discursos deslizam de sentido ao serem enunciados por sujeito-mulheres que vivem dentro de uma estrutura patriarcal, e o que antes estava filiado à posição do sujeito-homem-pai, ao serem enunciados da posição sujeito-mulher-irmã, produzem outros efeitos de sentido, os quais demonstram que não há sujeito sem ideologia, já que o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e é dessa forma que a língua faz sentido e se mostra no discurso (Pêcheux, 1997).

Nesse sentido, o discurso de Lígia é afetado pela ideologia patriarcal em que foi criada, quando ela manifesta sua indignação ao indagar o modo de sua irmã transar com o namorado ao enunciar "*Libertação? Desde quando ser puta é bom? Quem é que transa daquele jeito?*"

Ao analisar a palavra "puta", dicionarizada como um substantivo feminino que carrega um sentido depreciativo, descrita como "mulher que mantém relações sexuais com muitos homens", percebe-se que além de sua significação literal, a palavra "*puta*" pode assumir outros efeitos de sentido de acordo com sujeito e as condições de produção em que ela é enunciada. Remetendo-se a Pêcheux:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, 'não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante) mas, ao contrário é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] As palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (1995, p.160).

Orlandi (2015), diz que as condições de produção compreendem o sujeito e a situação, podendo ser consideradas em sentido amplo – o contexto sócio-histórico e

ideológico de produção do discurso – e no sentido restrito – o contexto imediato. Nos discursos que compõem o *corpus*, tem-se como condições amplas de produção todo contexto social, histórico, político e ideológico de organização da formação social que está alicerçada em valores patriarcais, machistas e conservadores em relação à liberdade individual das mulheres de exercerem seus direitos, que traz em sua história uma carga opressora, constituída de preconceitos precedidos pelo poder exercido pelo homem.

Essa construção ideológica da identidade feminina pode ser observada em diversas esferas da sociedade, desde a educação até a mídia e a política, através da disseminação de estereótipos de gênero e da promoção de valores patriarcais que influenciam a percepção e a representação das mulheres na sociedade. Historicamente, a elas estão associados discursos que trazem a ilusão de unidade, de forma que, mesmo na era digital, haja a necessidade de se manter padrões pré-construídos, efeitos de capturas ideológicas sobre a liberdade do que é e o que pode (deve) a mulher.

Na relação entre subjetividade e história, a liberdade torna-se indissociável das condições concretas do seu exercício; aqui retoma-se a análise de Orlandi (2017) em relação à ilusão de liberdade (faculdade do ser, disposição em agir livremente) do sujeito, refletindo sobre o laço sujeito-história (historicidade) com a noção de ideologia. Ao pensar sobre as condições de produção em que entram a situação e os sujeitos, retoma-se a definição de interdiscurso como alguma coisa que fala antes, em outro lugar e independentemente, ou seja, há um outro que constitui o sujeito naquilo que se diz (Orlandi, 2017).

Pêcheux (1975) ensina que a teoria do discurso se relaciona, intimamente, com a superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social em questão. Isso significa que a ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica que está conectada à materialidade econômica, significa dizer que o funcionamento da instância ideológica é determinado pela instância econômica, visto que a ideologia aparece “como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 165).

Pêcheux (1998) propôs uma teoria materialista do discurso, enfatizando que os processos discursivos se desenvolvem com base na linguagem, mas também se inserem em uma relação ideológica de classe que é fundamentada na contradição.

Segundo o autor, as formações discursivas são sistemas complexos compostos por regras e estruturas que determinam as condições de produção, circulação e recepção de enunciados em uma sociedade. Elas não apenas definem os temas e objetos que podem ser abordados, mas também estabelecem os modos de dizer e as relações de poder que operam no discurso.

Ao analisar as formações discursivas, Pêcheux enfatiza a relação entre linguagem e ideologia. Ele argumenta que as formações discursivas são inseparáveis das formações ideológicas, pois são através delas que as ideologias se manifestam e se reproduzem no discurso, assim, refletem as relações de poder e as lutas políticas presentes em uma determinada sociedade.

Em suma, as formações discursivas representam conjuntos organizados de práticas discursivas que regulam o que pode ser dito e pensado em um determinado contexto histórico e social. Elas estão intrinsecamente ligadas às formações ideológicas e refletem as relações de poder presentes no discurso (Pêcheux, 1995).

Pêcheux, segundo Gregolin (2005), a partir das problematizações, mostra que o conceito de FD no decorrer dos processos de reformulação da teoria, coloca em cena a noção de interdiscurso. Dessa maneira, o autor destaca que toda FD dissimula sua dependência em relação ao processo de dominação das formações ideológicas (apesar da transparência do sentido que se simula existir quando o sujeito enuncia).

Gregolin (2005) aponta dois pontos cruciais para o refinamento da teoria e análise do discurso em Pêcheux quando se trata da teorização da instabilidade das FDs: a) a relação entre FD e interdiscurso, o que significa que os sentidos no interior das FDs estão sob a dependência do interdiscurso, onde se constituem os objetos que o sujeito enunciativo se apropria para fazer deles objetos de seu discurso e as articulações entre esses objetos (pensar sobre a análise anterior aqui); e b), A relação entre intradiscurso e interdiscurso, sendo que é na relação entre o sistema da língua e a FD que se realizam as práticas discursivas, por meio das quais os sujeitos produzem e reconhecem os sentidos na história.

No entanto, segundo Gregolin (2005), valendo-se de Pêcheux, deve-se destacar, que essa relação não é homogênea, pois “as fronteiras entre o linguístico e o discursivo são constantemente deslocadas em toda prática discursiva, razão pela qual as “sistematicidades” não funcionam como um bloco homogêneo de regras organizadas sob a forma de uma máquina lógica” (Pêcheux, 1975, p. 3).

Seguindo as reflexões de Gregolin (2005), a distinção entre língua e processos discursivos é fundamental na evolução conceitual da FD ao longo da sua história, permitindo a chegada à noção de heterogeneidade. São os processos discursivos que dão origem aos efeitos de sentido no discurso, enquanto a língua, entendida como relativamente autônoma é o suporte material onde esses efeitos de sentido são concretizados. E esse é o ponto a ser problematizado: essa língua, sob os efeitos da evidência dos sentidos, atravessada pela voz do outro, deixa no dizer as marcas das diferentes FDs que produzem o discurso.

Para Orlandi (2017), uma formação discursiva é definida como o que determina o que pode e deve ser dito em uma determinada formação ideológica e conjuntura. Isso significa que os sentidos são sempre definidos ideologicamente, pois a ideologia define as regiões de memória que compõem o interdiscurso. Assim, os sentidos não estão predefinidos na língua, mas são construídos nas formações discursivas.

A autora reafirma a noção de ideologia a partir de uma perspectiva discursiva. A ideologia trabalha para produzir evidências, colocando o homem em uma relação imaginária com suas condições materiais de existência. Ao mesmo tempo, a ideologia dissimula sua existência por meio de seu próprio funcionamento, criando a ilusão da transparência dos sentidos mediante o apagamento da formação discursiva no interdiscurso (Orlandi, 2017).

Portanto, a ideologia não é um meio de ocultação, mas sim uma função necessária na relação entre a língua e o mundo. Nesse sentido, as FDs são conjuntos de práticas sociais que produzem sentidos e permitem a emergência de certas formas de dizer; elas estão associadas a diferentes campos sociais, como a política, a religião, a ciência, a arte, entre outros. As FDs são constituídas por um conjunto de elementos, tais como conceitos, palavras, expressões, temas, imagens, que estão articulados de forma coerente e que fazem sentido dentro de um determinado campo social (Orlandi, 2017).

Brandão (2004) alude que a formação discursiva atua como um regulador para se referir à interpelação/assujeitamento do indivíduo como sujeito de seu próprio discurso. Retomando o discurso de Lígia, que filiada a uma FD patriarcal e conservadora, reitera em seu discurso, ao se referir ao fato de a irmã se deixar filmar transando, que *“todo mundo sabe que isso não pode fazer”*, percebe-se que todo o discurso implica na ordem de um dizer orientado pelo assujeitamento ideológico sofrido pelo indivíduo.

A construção de discurso permite que o sujeito, situado em determinada conjuntura histórica, concorde ou discorde do sentido de acordo com a formação discursiva a que está filiado. As construções discursivas são os espaços onde o discurso e a ideologia se conectam como partes de uma formação ideológica que pode envolver uma ou mais formações discursivas, por isso, compreende-se que o sentido sempre pode ser outro. Quem seria esse “todo mundo”? Seriam todas as pessoas, todos os homens, toda a sociedade? Ou seriam as mulheres de família, sérias e recatadas?

A FD patriarcal e conservadora em que Lígia se insere refere-se a um conjunto de discursos e práticas que valorizam a manutenção de tradições, normas e estruturas sociais existentes, que enfatiza a estabilidade e a continuidade das relações de poder estabelecidas, resistindo a mudanças sociais e políticas. Na FD conservadora, os discursos tendem a defender a preservação de valores tradicionais, como hierarquia, autoridade, moralidade e conformidade, e buscam manter as estruturas sociais existentes e resistir a transformações que possam ameaçar o *status quo*.

Ambas as formações discursivas - patriarcal e conservadora - estão encadeadas e se influenciam mutuamente. A formação discursiva patriarcal frequentemente encontra apoio e legitimação na formação discursiva conservadora, que sustenta e reforça as estruturas de poder existentes.

Em síntese, as FDs permitem entender como os sentidos são produzidos e como os sujeitos se constituem por meio da linguagem. Além disso, na problematização desse conceito no discurso enunciado, pode-se observar o que se poderia explicar o movimento do sujeito, num mesmo discurso, no caso, o seu trânsito por diferentes FDs. Afinal, se por ora as mulheres aceitaram certos discursos e, no momento, lutam contra eles, o que se tem é o movimento na história, é o processo de assujeitamento reconfigurando um real para o sujeito feminino frente a uma memória que se reinaugura.

A Análise do Discurso é, portanto, uma teoria que coloca em cena as relações entre o sujeito e a ideologia a partir de princípios próprios. Por meio do estudo do discurso, compreende-se a linguagem como um espaço de materialização e manifestação de valores e sentidos simbólicos que constituem o homem e sua história. O discurso é tido como a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, sem ele, não haveria relações de sentido.

Nesse sentido, o sujeito é o sujeito da linguagem, é descentrado, afetado pelo real da língua e real da história; e o homem não tem controle sobre como esse todo complexo o afeta. Sendo assim, “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (Orlandi, 2012, p. 20). Não é a mulher que diz, mas ela, atravessada pela voz do outro; é falada, é dita. Afastar-se da evidência do sentido é um dos problemas que se coloca na pesquisa em AD. A ideologia pode ser entendida como uma visão histórica e tradicionalista que busca preservar normas, valores e papéis de gênero estabelecidos. Por intermédio de um discurso conservador, a ideologia é expressa e reforçada de várias maneiras, na fala de Lígia percebemos o funcionamento da ideologia no seu discurso conservador em relação ao sexo, como o uso de termos que enfatizam uma visão particularmente rígida sobre a sexualidade, com o objetivo de estabelecer uma definição “correta” e “natural” de comportamento sexual. Por exemplo, afirmações como *“sabe o que ninguém entende, Clara, por que você fez esses vídeos [...] todo mundo sabe que isso não pode fazer [...] e se for fazer, pelo menos não daquele jeito”* [...] reforçam uma visão restritiva e normativa da sexualidade.

A história também é uma noção fundamental para a AD, em razão de que “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. [...] O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (Orlandi, 2012, p. 32). Nesta perspectiva, é possível compreender que o discurso de preconceito contra as mulheres inscrito na rede digital sofre as determinações de um processo histórico de dominação do homem sobre as mulheres, que atuam como engrenagens reguladoras.

A determinação sócio-histórica de todo o discurso leva o sujeito a acreditar que é o primeiro a dizê-lo. Destaca-se, mais uma vez, que o sujeito só pode produzir discurso dentro de uma formação discursiva relacionada a uma formação ideológica, que se refere a uma memória discursiva sob a qual o sujeito não tem controle, nem acesso; sendo influenciado pelas manipulações sociais que são guiadas pelas políticas de uma memória social em todas as instâncias de existência dos sujeitos. O que há de político nos discursos, circula na sociedade; e a ordem do político é mobilizado na e para a produção de um novo discurso. É o exterior que constitui o discurso, uma vez que os sentidos provêm de outro lugar, isto é, dos discursos já existentes na sociedade (Orlandi, 2012), as memórias sociais.

Esse exterior constitutivo provoca os movimentos parafrásticos e polissêmicos para e na constituição dos sentidos, uma vez que não é possível inaugurar um sentido completamente novo. O novo surge a partir de deslocamentos do já-dito, da memória do dizer. Orlandi (2012), relaciona o interdiscurso com o eixo da constituição, em que teríamos todos os dizeres já ditos e esquecidos que representam o dizível, já mencionado anteriormente, e, com o eixo horizontal, o intradiscurso. Segundo a autora, ele é associado à ideia de formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado e em condições dadas. Por isso, toda a enunciação encontra-se no cruzar de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualização do já-dito (formulação).

Invocando o conceito de memória discursiva, Pêcheux (1997) diz que a memória discursiva se refere ao conjunto de saberes e formações discursivas que moldam e influenciam a produção e interpretação dos discursos, sendo um componente fundamental na compreensão dos processos de produção e recepção dos discursos.

Pêcheux, ainda argumenta que ela não é algo estático, mas sim dinâmico e em constante transformação, influenciado pelas condições sociais, históricas e políticas, desempenhando um papel importante na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos dentro de uma formação discursiva específica, além de representar o acervo de conhecimentos e representações coletivas que são compartilhados dentro de uma determinada formação social e que influenciam as formas de expressão e significação. Logo, a memória discursiva é constituída por elementos ideológicos, crenças, valores e estruturas discursivas que moldam os discursos e orientam sua interpretação, desempenhando um papel fundamental na formação das percepções e interpretações individuais, como ilustrado na associação que Lúcia faz dos comportamentos de sua irmã, Maria Clara.

Ao mencionar que Maria Clara poderia se deixar filmar transando, mas “não daquele jeito”, Lúcia evidencia uma visão preconceituosa e estereotipada em relação à liberdade sexual da mulher. Essa perspectiva está intrinsecamente ligada a uma ideologia conservadora e moralista que tende a impor normas rígidas e preconceituosas sobre como as mulheres devem se comportar em relação à sua liberdade sexual, muitas vezes, baseando-se em valores tradicionais e patriarcais, que subestimam às mulheres quanto à autonomia sobre seus corpos e desejos. Limitando as possibilidades de expressão sexual feminina e reforçando uma dinâmica de poder

desigual. A expressão "daquele jeito" sugere que Lígia tem uma expectativa específica de como a sexualidade deve ser demonstrada, afinal de que "jeito" seria este? Seria a forma da irmã se expressar numa relação sexual exibindo satisfação, entrega, prazer e gozo?

A visão de Lígia reflete a influência de elementos ideológicos, crenças e valores presentes em sua memória discursiva, que moldam seus discursos e orientam sua interpretação. O discurso conservador muitas vezes argumenta que qualquer mudança nas normas sexuais ou de gênero ameaça a coesão social, essa perspectiva pode ser vista como uma forma de preservar tradições históricas e padrões comportamentais que determinam como uma mulher "deveria" se comportar sexualmente. No exemplo mencionado, Lígia expressa sua decepção com a irmã, negando a existência de identidades e experiências sexuais que não se encaixam nessas normas, como uma tentativa de silenciar a voz de Maria e restringir o espaço para discussões e expressões de sexualidade que vão além do que é considerado aceitável dentro do discurso conservador.

Além disso, Lígia está culpando a irmã e minimizando a responsabilidade de Arthur, o que torna essa perspectiva problemática tendo em vista a forma como os sujeitos estabelecem relação com a memória no propósito de reproduzir certos discursos, já que as memórias de violência contra a mulher em sua história foram construídas e reverberadas pela memória social, que as colocavam (colocam) em um espaço discursivo de desigualdade, pois "se pensarmos a ideologia, pensamos sujeitos na história e na sociedade, no mundo, em sua materialidade, em sua historicidade" (Orlandi, 2017, p. 22).

No episódio Teresa, atriz e ativista estuprada após marcar um encontro no *Tinder* e decide compartilhar sua história nas redes sociais, que mais adiante será analisado, os efeitos dessa memória de violência contra a mulher tem efeitos no discurso de Lucinha, funcionária de Teresa. Lucinha expressa sua perspectiva ao dizer: *"eu vi o que você escreveu, mas olha o que é que eu falo para minhas filhas: se eu sobrevivi... elas têm que sobreviver também"*. Lucinha, ao afirmar que ela mesma sobreviveu à violência, transmitindo essa mensagem para suas filhas, sugere uma mentalidade de aceitação passiva da violência, como se fosse uma inevitabilidade ou algo a ser esperado, reflexo das circunstâncias e pressões sociais que as mulheres enfrentam.

Compreender o discurso de Lucinha implica em colocá-lo à luz de suas condições de produção, ou seja, entre o discurso e as condições sócio-históricas que possibilitam sua produção, bem como determinar os efeitos de sentido produzido nelas. A partir disso, compreende-se que os efeitos de sentido são distintos, isso porque são determinados pela situação em que foram enunciados e pela posição que exerce aquele que se habilita a ocupar o lugar de sujeito de seu discurso.

Lucinha, mulher, mãe, empregada doméstica, nessa condição, a língua figura como materialidade da ideologia e a ideologia se manifesta por meio da língua, conforme destacado até aqui. As condições de produção são essencialmente constituídas pelos sujeitos e pela situação social. O sentido das palavras é determinado pelas formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem. Essas condições de produção abrangem aspectos materiais, como a linguagem sujeita a ambiguidades e influenciada pela historicidade, aspectos institucionais, como a estrutura social e sua organização, e também o componente imaginário (Pêcheux, 1997).

A Análise de Discurso, então, não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, considerando as maneiras dela (res)significar os homens e as condições de produção do dizer dos sujeitos (Orlandi, 2012).

O projeto teórico de Michel Pêcheux deu o espaço à análise das condições de produção dos enunciados, permitindo a compreensão das relações entre linguagem e poder em observação a possibilidade de que é possível dar novos contornos à realidade a partir da compreensão de quem diz o que diz a partir de certo espaço social. Com base nisso, Pêcheux (1997), trata o discurso como um fenômeno complexo que envolve não apenas a gramática da língua, mas também os processos sociais e políticos que influenciam a produção de enunciados, ou seja, mais do que um conjunto de palavras organizadas de acordo com as regras da língua, os fatores ideológicos, históricos e culturais se inscrevem nas materialidades, sejam elas quais forem.

Ao relacionar a filosofia com a linguística e as ciências das formações sociais, Pêcheux (1997) provoca uma discussão crítica acerca dos saberes científicos e a prática política de um indivíduo interpelado em sujeito. Tal condição de sujeito, decorrente da interpelação de indivíduos, provoca dois esquecimentos que Pêcheux define como o esquecimento da ordem da enunciação que se trata da ilusão do sujeito ao se considerar fonte do sentido de uma sequência de enunciados – e esquecimento

número dois – o qual compreende que o dizer sempre poderia ser outro – ilusão de realidade que o sujeito tem daquilo que fala, não levando em conta a existência de tudo aquilo que, de forma inconsciente, ele não seleciona como dizível (Gadet; Hak, 1997).

Os dois tipos de esquecimentos estão intimamente ligados às circunstâncias que moldam o processo de produção do discurso. O autor argumenta que a normalidade local que governa a produção do discurso se manifesta não apenas nos predicados atribuídos a um sujeito, mas também nas mudanças que esses predicados sofrem durante a prática discursiva e no próprio processo de produção do discurso (Gadet; Hak, 1997).

Para a AD o sujeito é dividido, não há unidade e sim pluralidade. O sujeito do discurso não é autor do discurso, no entanto, alimenta o equívoco de sê-lo, sua fala é atravessada pelo discurso do Outro/Sujeito, que tem sua linguagem considerada como algo do sempre já-lá, que precede ao sujeito não inerente à natureza humana, mas externa a ele (Gadet; Hak, 1997).

Diante disso, “numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do outro” (Orlandi, 2017, p. 54). Ao explorar o percurso da concepção do sujeito nas teorias linguísticas modernas, Orlandi (2017) distinguiu algumas fases, afirmando que na primeira fase, as relações interlocutivas se centralizam na ideia de interação e troca entre o eu e tu. Já na segunda fase, na qual se passa para a ideia do conflito, centradas no outro, as relações intersubjetivas são governadas por uma “tensão básica” em que o *tu* determina o que o *eu diz*, demonstrando uma espécie de domínio do primeiro sobre o segundo. Na terceira fase, a AD se coloca e busca romper com a circularidade de uma estrutura dual, reconhecendo no sujeito um caráter paradoxal, limitado a uma incompletude, desejando a completude, de forma a “querer ser inteiro”.

Ao fazer tal afirmação, entende-se que o centro das relações não se estabelece nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre eles, sendo assim, o sujeito só se completa na interação com o outro e o espaço de tal interação é o texto. A posição-sujeito configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo (Pêcheux, 1997). Nesse sentido, entende-se que o sujeito não é um, mas abarca diferentes posições-sujeito, variantes de acordo com as formações discursivas e ideológicas nas quais o sujeito se inscreve, isto é, falar em posições-sujeito faz parte do descentramento do sujeito (Brasil, 2011).

Ao observar a formação discursiva em que se inserem os sujeitos-mulheres a partir da teoria e levando em conta o lugar na formação social que elas ocupam, delimitado pelo conjunto de regras, princípios e tradições que constituem determinado grupo e em oposição ao lugar que é ocupado pelos homens, percebe-se uma formação imaginária da representação do sujeito-mulher a partir do discurso da construção ideológica de que a mulher deve assumir determinado papel na sociedade: ela deve ser e obedecer ao padrão de um comportamento que diz, de forma delimitadora, até onde ela pode ousar seguir/dizer/ser, é o que observamos no discurso de Lucinha, que, mesmo tendo visto o que Teresa passou e escreveu, conta que instrui suas filhas a sobreviverem, mesmo diante da violência.

A conformidade de Lucinha pode ser resultado de diversos fatores, incluindo o impacto psicológico causado pelo trauma da violência vivenciada, a internalização de mensagens sociais que minimizam a importância dos direitos das mulheres ou a falta de apoio e recursos para lidar com a situação, o que, provavelmente, era o caso de Lucinha, uma mãe solteira e empregada doméstica, o que pode ter feito com que ela se sentisse impotente e desencorajada a buscar justiça, acreditando que não havia alternativa além de se conformar com a violência.

É crucial considerar a internalização de mensagens sociais que minimizam a importância dos direitos das mulheres. Lucinha, inserida em um espaço permeado por normas patriarcais, pode ter internalizado a ideia de que a submissão e a tolerância à violência eram elementos inerentes à sua condição feminina, o que, por sua vez, contribuiu para a perpetuação de um ciclo de conformidade.

Lucinha, como mãe solteira e empregada doméstica, estava inserida em um ambiente social marcado por desigualdades estruturais e falta de recursos para mulheres em situações similares. A ausência de apoio amplificou a sensação de impotência, restringindo suas opções e reforçando a ideia de que buscar justiça era uma alternativa inacessível. Assim, compreendendo que a história de marginalização e negligência em relação às mulheres em situações semelhantes contribuiu para a criação de um ambiente que desencorajava a busca por justiça, a memória coletiva da comunidade, permeada por relatos de impotência diante da violência, influenciou a percepção de Lucinha sobre suas próprias possibilidades.

Dessa forma, a aceitação de Lucinha frente à violência pode ser entendida como resultado de um complexo entrelaçamento entre experiências traumáticas, construções ideológicas de gênero, circunstâncias históricas desfavoráveis e a

memória social de sua comunidade. Fatores convergentes que contribuíram para a sensação de desencorajamento e impotência, levando-a a acreditar que aceitar a situação era a única alternativa disponível diante da violência que enfrentava.

Nos discursos midiáticos, comumente, pode-se escutar esses delimitadores, quando eles trabalham (não conscientemente) como perpetuadores de ideologias sobre os modos de constituição das mulheres, contribuindo para a regulamentação de discursos de discriminação e preconceitos que dispõem o sujeito mulher em espaços que são, de certa forma, demarcados no corpo social sem questionamentos.

Na série objeto desse estudo, o docudrama, sendo a materialização de um funcionamento que é discursivo, regula e normatiza o sujeito-mulher, direcionando-a a ocupar determinado lugar na esfera discursiva no estabelecimento de sentidos sobre mulher e relacionamento amoroso, mesmo diante do cenário de ruptura em que ela se inscreveu, mas desconstruído em vista da agressão sofrida e de como a agressão passa a ser lida, ainda que inconscientemente.

Apesar de certas mudanças no imaginário social acerca das relações amorosas entre homens e mulheres e da aparente liberdade contemporânea, a memória de uma formação discursiva patriarcal e machista fazem-se presentes, como se procura mostrar na seção de análise. De fato, os dados de violência que serão apresentados neste estudo demonstram que, mesmo com a resistência ao discurso machista que reforça uma certa estrutura dominante, as mulheres ainda parecem ocupar um lugar de inferioridade e opressão nas relações amorosas.

Assim, mobilizando os conceitos de memória, formação ideológica e formação discursiva, condições de produção, principalmente, lê-se o *corpus* selecionado a fim de problematizar os sentidos e para ser trabalhada a sua não evidência, seus efeitos de sentido, suas falhas e contradições.

Olhar ao jogo implicado no dizer que é, sempre, oriundo de um rastro de memória social permite identificar nos discursos presentes na sociedade como se organizam as representações e as práticas em torno das relações de gênero. A memória coletiva guarda os discursos do passado e contribui para a reprodução de ideias e valores que perpetuam a opressão.

A formação ideológica enquanto engrenagem permite que as crenças, os valores e as normas sociais sejam postas à cena discursiva. Nesse contexto, é necessário questionar as ideologias presentes na sociedade que estabelecem para as mulheres certa condição, mesmo diante de discursos que parecem querer alterar

a ordem social. Essas perspectivas materializadas por meio das formações discursivas tornam possível compreender como o discurso é produzido e como ele circula em determinados contextos sociais. Analisar as condições de produção do discurso sobre as relações amorosas, levando em consideração fatores como o poder, a posição social e as relações de gênero implicam diretamente nos efeitos de sentido.

Portanto, por meio da Análise de Discurso, é possível problematizar os sentidos, as contradições, as falhas e as rupturas imbricadas no dito tomada para análise. A abordagem discursiva permite desnaturalizar sentidos, desobriga a leitura de um sentido verdadeiro e permite a produção de questionamentos e, assim, a interpretação.

3 CRIMES NA ERA DIGITAL, SEU *MODUS OPERANDI*

Nesta seção, apresentam-se descrições e denominações para alguns tipos de crimes oriundos da era digital, pois ainda que a violência no ambiente virtual exista há algum tempo, apenas recentemente os crimes vêm encontrando enquadramento na jurisprudência.

Sabe-se que à medida que a tecnologia foi evoluindo e, com isso, tornando a internet mais atraente e acessível à população em geral, diferentes modos de violência migraram, também, para o que denominamos ciberespaço, um ambiente virtual compartilhado que possibilitou novas formas de interação e relacionamento interpessoal, independentemente da localização geográfica dos sujeitos.

Apesar da internet ter aberto novas oportunidades às pessoas (profissionalmente e emocionalmente), do mesmo modo apresenta novos riscos para aquelas e aqueles que dela se valem para fazer amigos ou encontrar um parceiro. As mudanças tecnológicas contribuíram para uma reestruturação das bases que sustentam a convivência social, permitindo a construção de novas referências e passando a desempenhar um papel importante no processo de transformação da sociedade.

Vive-se uma nova conjuntura sócio-histórico-cultural; a liberdade feminina, advinda de conquistas ao longo dos anos, tem provocado mudanças nas estruturas e dessas mudanças emerge uma sucessão de discursos na sociedade, dentre eles, o virtual, que parece ter aberto caminhos para a concretização de um novo espaço de perpetuação de violências já sofridas e sabidas por parte das mulheres, como os crimes sexuais (Perrot, 2013).

Frente a esse cenário, Perrot (2013) traz considerações importantes para a compreensão dos movimentos das mulheres na sociedade, segundo a autora:

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história sobre o corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudança (Perrot, 2013, p. 15 -16).

O Brasil é um dos países onde há grande concentração de casos de violência contra a mulher no espaço digital; com o amplo acesso à internet, o ambiente virtual tornou-se um espaço tenso quanto aos modos de violência de gênero⁵.

Damásio de Jesus (2016, p.17) diz que “a internet é rica, e onde há riqueza, existe crime”. Crime virtual pode ser conceituado como qualquer ação típica (descrita em lei como delito), antijurídica (a conduta que não encontrar uma causa que venha a justificá-la) e culpável (cometida contra ou pela utilização de processamento automático de dados ou sua transmissão em que um computador conectado à rede mundial de computadores (Internet) seja o instrumento ou o objeto do delito) (Gimenes, 2013).

Essa violência on-line pode acontecer de diversas maneiras, pois segundo os estudiosos, cada criminoso virtual possui um *modus operandi*, cada tipo de crime sexual nas redes possui uma motivação distinta e o ambiente virtual passou a ser terreno fértil para propiciar e estimular certos tipos de ações; lida-se, em muitos casos, com um criminoso que não tem cara e nem identidade, afirma-se.

A viabilidade da manipulação de dados na internet concede o anonimato, impossibilitando, por vezes, a identificação do autor, assim como impede o flagrante, visto que o resultado do crime, normalmente, vem muito tempo depois do início da consumação, já que a vítima, na maioria das vezes, só percebe os danos após determinado tempo (Teixeira, 2022). E o anonimato, fortalece a impunidade, visto que a legislação brasileira não dá conta dessas novas demandas, dado a insuficiência na criação de leis que efetivamente punam os agressores de forma condizente aos delitos cometidos.

O grande desafio para se lidar com a violência on-line, levando-se em consideração a questão de gênero, é identificar determinadas ações como manifestação de violência; pois a banalização dessas manifestações, sob a crença de que elas começam e terminam no meio digital, sendo passageiras, é uma das formas de minimizar a gravidade do problema. Outro obstáculo é a culpabilização da vítima, que não se sente legitimada a reclamar, do mesmo modo que a minimização da gravidade da violência psicológica⁶, segundo o Relatório violência de gênero-Onu (2017).

⁵Os dados mais recentes são divulgados na seção 3.1 “as vítimas e os crimes das/nas redes sociais”.

⁶Relatório Violência de Gênero. **ONU Mulheres Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>.

Outro impedimento para as punições advém de alguns grupos que creem que uma repressão muito firme, de certa forma, tolheria a liberdade de expressão e democracia típicas da grande rede, o que causaria possíveis embates, dado a complexidade em determinar o limite que aparta a liberdade de expressão e o dano social (Teixeira, 2022).

Em consequência disso, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos não conseguiu estabelecer uma definição para a multiplicidade de comportamentos que constituem a violência on-line contra a mulher dentro da estrutura de instrumentos legais já existentes, e a falta de critérios dificulta a formação de uma base sólida para que se criem políticas públicas que possam combater a violência contra a mulher neste espaço. Qualquer sujeito pode ser um sujeito ativo deste tipo de crime, basta estar conectado à internet, sendo assim, a legislação brasileira tem dificuldades em identificar os responsáveis pelos crimes virtuais, uma vez que os números de usuários crescem a cada dia e o criminoso possui, em muitos casos, perfis falsos que facilitam a sua ação e dificultam a sua identificação.

Dados publicados pela ONG SaferNet mostram que os crimes cibernéticos de violência contra as mulheres tiveram um aumento de 1600% entre os anos de 2017 e 2018; as denúncias foram de 961 casos em 2017 para 16.717 em 2018.

Informações divulgadas pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, colhido a partir de notícias coletadas em veículos de comunicação, entre 2015 a 2017, expõem que de 1000 denúncias de crime contra a honra, 500 eram casos de pornografia de vingança. Também se divulgou que 503 mulheres foram vítimas de violência a cada hora no período, sendo que 127 suicídios de mulheres foram motivados por exposição on-line.

Números mais recentes mostram que as denúncias de crimes envolvendo discurso de ódio na internet recebidas pela Central Nacional de Denúncias (CND) da Safernet tiveram em 2022 um crescimento de 67.7% em relação a 2021, sendo que o crime de misoginia teve aumento de 251%.

O *Helpline*, canal de ajuda da Safernet, registrou uma estabilidade nos 5 tópicos que mais fizeram usuários da internet buscar a orientação da ONG, problemas com dados pessoais ficou em primeiro lugar, com 264 atendimentos, seguido de perto de exposição de imagens íntimas (255). Em terceiro, fraudes e golpes (168). Completam a lista *cyberbullying* (139) e saúde mental nas redes (122) (Safernet.org.br, 2022).

O ponto fundamental é que os estudos acerca da violência de gênero na internet produzem uma grande preocupação e luta no âmbito do direito nos últimos anos, devido ao crescimento dos casos visto os índices acima citados, criando um cenário de necessidade no que se refere a uma representatividade eficiente no legislativo e judiciário brasileiro, assim como discussões que voltem o olhar mais à culpabilidade do criminoso, sendo esta a principal motivação para a escolha do *corpus* deste trabalho, que se ocupa de verter o olhar para as vítimas desses crimes, com o intuito de analisar como ocorre nos episódios a descentralização da culpa do criminoso para a vítima. Na sequência, busca-se mostrar um breve cenário de como os crimes digitais crescem no Brasil e a relevância de se discutir a problemática.

3.1 AS VÍTIMAS DO SERIADO E OS CRIMES NAS REDES SOCIAIS

Centrando-se o olhar às questões que tocam ao tema da dissertação, conforme dados divulgados pela Central Nacional de Denúncias de crimes cibernéticos, parceria da ONG SaferNet Brasil com o Ministério Público Federal, o número de denúncias de crimes cometidos pela internet em 2020 mais que dobrou em relação ao ano anterior: foram 156.692 denúncias, contra 75.428, em 2019.

O grupo de pesquisa “Observatório Brasileiro de Violência *Online*”, a partir de 390 matérias jornalísticas nos sites G1 e Uol, entre os anos de 2010 a 2019, buscou por meio de variáveis dependentes, analisar o perfil da vítima, agressor, espaço e consequências dos tipos de violência on-line. A pesquisa revelou que os casos aconteceram em todas as regiões brasileiras, contudo, a região sudoeste concentrou o maior número, somando 45% de crimes. Com relação aos perfis das vítimas analisados nos materiais, quase 60% tinham entre 13 e 25 anos, 75% eram meninas ou mulheres; quanto à ocupação, 20% eram autônomas, 40% empregadas e 45% estudantes, sendo que os principais tipos de crimes praticados contra as vítimas foram: estupro virtual (6.7%); ameaça e/ou chantagem (13.4%); discurso de ódio (17.6%); vazamento de imagens (20.2%) e crimes contra honra e/ou *cyberbullying* (42%)⁷.

⁷ Embora seja reconhecido que não haja transparência nem evidências concretas de resultados reais provenientes de pesquisas, elas desempenham um papel importante ao realçar certos comportamentos e atitudes. Nesse sentido, apesar das ressalvas, os dados continuam sendo ilustrativos, fornecendo um alerta sobre um cenário que demonstra a prevalência da violência contra as mulheres no espaço digital. Por mais que seja necessário exercer cautela ao interpretar esses dados devido à falta de

A respeito dos agressores, o estudo afirma que pouco se sabe sobre eles, pois as informações são escassas; as matérias se concentram em falar das vítimas, expondo-as, revitimizando-as, enquanto os agressores são protegidos e mantêm sua imagem preservada. Verificou-se também que 48% dos agressores eram próximo das vítimas, como um amigo, namorado, ex-namorado, companheiro ou ex-companheiro (OBVO, 2020).

As redes sociais que apresentaram o maior índice de violência on-line foram o *Facebook* (48.9%); *WhatsApp* (32.1%) *Instagram* (13.6%); outros (5.4%), concentrando 85% dos casos de violência analisados. Os principais tipos de violência praticados foram: a) crimes contra a honra e/ou *cyberbullying*, b) vazamento de imagens íntimas, c) discurso de ódio; em número menor, d) o estupro virtual e e) ameaça/chantagem.

Diante desse cenário, tem-se que 80% das vítimas denunciaram a violência sofrida, apesar disso, conseqüentemente, 9 vítimas foram assassinadas, houve 5 tentativas de suicídio e 4 suicídios. O estudo realizado pelo Observatório de violência on-line pontuou que a internet é um “local de disputa e violação dos direitos humanos”, afirmando que os números de agressões são crescentes e ainda há uma ínfima repercussão nos meios de comunicação (OBVO, 2020).

Em outra pesquisa realizada no Brasil no ano de 2020, organizada pela ONG *Plan International*, “Liberdade On-line”, referente à violência nas redes sociais, composta por 500 mulheres entre 15 e 24 anos, evidenciou que 77% dessas mulheres entrevistadas já tinham sofrido algum tipo de violência nas redes sociais.

Esses dados além de demonstrarem o crescimento da violência de gênero nas redes sociais, também mostram que elas se apresentam de várias formas e que a cada dia surgem novas modalidades. O aumento dessas ações expostas nos dados acima se deve a diversos fatores, desde o avanço da tecnologia até o crescimento da presença das mulheres nas redes sociais, mas além disso, advém de comportamentos, frutos de heranças culturais estruturadas nas bases das instituições sociais que provocam e consolidam a violência nas redes.

transparência e evidências sólidas, eles ainda oferecem *insights* valiosos sobre a realidade da violência on-line contra as mulheres. Ainda que não sejam conclusivos, esses dados servem como um lembrete e um aviso da existência desse problema e da necessidade de abordá-lo com seriedade. É importante considerar esses dados como um ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada e para a implementação de medidas eficazes de prevenção e combate à violência de gênero na esfera digital.

Os crimes sofridos pelas personagens do seriado em análise vão desde a disseminação não consentida de imagens íntimas/pornografia, à vingança e aos discursos de ódio e perseguição. Esses crimes serão mais bem explicados abaixo, assim, inicia-se a subseção, discorrendo-se sobre o caso de violência ocorrido com “Teresa” por conta do denominado discurso de ódio e difamação. Outros casos de violência nas redes estão presentes no episódio “Tuca”, “Érica”, “Milena” e “Maria Clara”, elas são as personagens vítimas de perseguição, *cyberbullying*, difamação e exposição de vídeos e imagens íntimas sem consentimento (pornografia de vingança).

Nas próximas seções deste texto será apresentado um retrato mais especificado dos crimes digitais abordados na série e suas implicações na vida das vítimas, reforçando a tese aqui defendida de como a culpa desses crimes têm sido deslocada dos perpetradores para as próprias vítimas, indicando como um dos fatores a ideologia machista e a cultura do patriarcado presentes na sociedade.

Historicamente, o machismo veio se constituindo como um elemento estrutural na sociedade, favorecendo a perspectiva do masculino e colocando as mulheres em posições de subordinação. Nesse sentido, quando se trata de crimes digitais, a ideologia se manifesta na tendência de culpar as vítimas pelas experiências negativas em detrimento de um olhar a quem efetivamente merece recebê-lo, afinal, o vestido preto de fenda e decote [é opção de quem escolhe usá-lo, tal qual o caminho da rua desejado ou a bebida no bar a seu gosto: e é disso que se trata]. De escolhas do sujeito mulher e a ninguém é preciso prestar contas.

3.1.1 Discurso de ódio e difamação

Discurso de ódio é o ato de expor e constranger pessoas que comungam de um conjunto de características próprias como gênero, cor da pele, opção sexual, religião, nacionalidade, classe social com ações que afetam um indivíduo ou um grupo, com o alcance latente por intermédio das redes sociais, deixando-as vulneráveis e expostas a partir de comentários negativos e preconceituosos que objetivam inferiorizar, desumanizar e incitar a violência, conforme descrito no Código Civil:

O fato de a publicação em rede social ter veiculado texto que induz os leitores à ocorrência de prática de crimes é suficiente para atingir a esfera íntima das pessoas envolvidas na acusação, configurando evidente abuso à liberdade de informação, passível de

responsabilização civil, nos termos do Art. 927 do Código Civil (Barreto; Brasil, 2016).

O crime em questão é tema do episódio “Teresa”, que terá sua história brevemente apresentada nesta seção e pormenorizada no capítulo de análise, o 3. A personagem Teresa além de ser mulher, atriz, é negra, mãe, separada e ativista feminista; e o episódio em tela explora os ataques sofridos pela personagem nas redes sociais.

Após ter sofrido estupro pelo homem que conheceu no aplicativo *Tinder* e relatado o ocorrido numa postagem no *Facebook*, Teresa torna-se alvo de julgamentos e discursos de ódio. O que era para ser um alerta a outras mulheres e incentivo à denúncia, torna-se um momento de exposição a discursos de ódio, misoginia, humilhações e difamações severas.

Barros (2011) explica que os discursos de ódio são fortemente passionais em relação às paixões construídas nos discursos. Explica que dois tipos de paixões constituem tais sujeitos: “as paixões malevolentes (antipatia, ódio, xenofobia, sexismo, entre outros) ou o desejo de fazer mal ao sujeito que não cumpriu os acordos sociais acima mencionados, e as paixões do medo do ‘diferente e dos danos que ele pode causar’” (Barros, 2011, p. 07).

Como mencionado, o crime de difamação do qual Teresa foi vítima pode ser considerado como um crime contra a honra, previsto no Capítulo V, Arts. 138 a 140 do Código Penal brasileiro. Prado conceitua crime contra a honra da seguinte forma:

[...] a honra, do ponto de vista objetivo, seria a reputação que o indivíduo desfruta em determinado meio social, a estima que lhe é conferida; subjetivamente, a honra seria o sentimento da própria dignidade ou decoro. A calúnia e a difamação atingiriam a honra no sentido objetivo (reputação, estima social, bom nome); já a injúria ofenderia a honra subjetiva (dignidade, decoro) (Prado, 2018, p. 213).

Nesses casos, a vítima tem sua honra atingida e a ela são imputados certos fatos determinados, sejam eles verdadeiros ou falsos, com a finalidade de prejudicar sua reputação (Grego, 2016). O agressor, no caso, intenciona prejudicar a vítima.

Tal crime contra a honra, uma vez praticado em ambiente virtual, provoca nas vítimas malefícios de amplitude tão grande, ou maiores, do que se cometidos nas vias ordinárias da vida real. Isso se dá em razão do alcance ilimitado de pessoas às

informações que circulam nas redes sociais, como também a expansão do espaço “público” por onde os efeitos do crime possam se propagar (Barreto; Brasil, 2016).

Além de lidar com os ataques nas redes, e com a dor do estupro em si, Teresa também enfrenta constrangimentos durante um exame de corpo de delito, onde é julgada pelo profissional de saúde (médico), que se recusa a colocar no laudo que ela foi vítima de estupro, minimizando o ocorrido ao rotulá-lo como abuso sexual, como se observa no diálogo entre os personagens.

Teresa: - Tá errado! Não foi abuso sexual, foi estupro!

Médico: - Mas você permitiu essa pessoa entrar na sua casa, e agora foi estupro?

Figura 3 - Teresa vai ao hospital após o estupro.



Fonte: Globoplay (2019) – imagem retirada do episódio Teresa.

Pode-se afirmar sobre o enunciado do médico, a sua filiação a uma formação discursiva patriarcal. Ao questionar Teresa, reitera-se a culpabilidade da mulher que, no caso, colocou-se à agressão, afinal, uma mulher boa/correta/mãe não busca o prazer, menos ainda, casualmente. Ao descreditar a voz da mulher, uma memória social impregna o enunciado de valores morais e ideológicos resultantes da historicidade que margeia as condições de produção do discurso. Para além disso, deve-se ressaltar a posição-sujeito das personagens: a autoridade na figura masculina, que representa um dos polos sociais de maior status profissional em nossa sociedade, na figura de um homem branco, que se choca com a imagem fragilizada da mulher preta e ativista. A comunhão desses dois significantes remete ao senhor e ao escravo, que desconhece seu lugar, que se apanhou, mereceu.

Os efeitos de sentido emergem daquilo que é dito pelo sujeito, originando-se de um conjunto complexo que engloba, desde as projeções vindas das formações

imaginárias e de uma memória discursiva, até as relações de força decorrentes das posições assumidas pelos sujeitos no espaço discursivo em que o diálogo se dá. Isso significa que a autoridade e a influência de alguém ao falar são determinadas, em grande parte, pela posição que essa pessoa ocupa na estrutura social (Orlandi, 2009). Afinal quem é esse sujeito que enuncia? De um lado temos um homem branco – reitera-se –, de classe alta, com uma posição social privilegiada: médico. De outro temos uma mulher, ativista, de classe média-baixa, preta – friza-se.

Isso nos mostra como as relações determinadas pelos diferentes lugares sociais são organizadas em uma hierarquia e sustentadas pelo poder; aqueles que ocupam posições de maior prestígio social possuem um peso diferenciado no processo discursivo em comparação com aqueles que ocupam posições menos favorecidas. Definitivamente, a balança tende a um lado; trata-se da demarcação explícita da superestrutura ideológica determinando as relações sociais.

Sendo assim, a fala do médico tem mais força do que a palavra da vítima. Teresa tem sua história descredibilizada pelo médico, sendo revitimizada, passando de vítima ao banco de ré. A interação complexa entre poder, verdade e sujeito-corpo-discurso violado é uma ferramenta significativa para se observar o mecanismo do dispositivo da culpabilização que emerge no discurso do médico que atende Teresa. Afinal ela permitiu que aquele homem entrasse na sua casa, (no seu corpo), ela foi permissiva, portanto, não se tratava de estupro.

A violência psicológica que a protagonista passa a sofrer pelos sujeitos pertencentes, ou não, ao seu círculo social (médico, ex-marido, amigos, pais e escola de seu filho) após os ataques nas redes, afetam, principalmente, a sua posição como mãe, já que como afirma Badinter (1980) a sociedade moderna impõe uma pressão desproporcional sobre as mulheres para que sejam mães perfeitas e dedicadas integralmente aos filhos, ou seja, mães não têm direito ao prazer.

O Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal, Cap. V - Dos crimes contra honra (calúnia, difamação, injúria), em seu art. 140 dispõe que “Injuriar é atribuir palavras ou qualidades ofensivas a alguém, expor defeitos ou opinião que desqualifique a pessoa, atingindo sua honra e moral. O exemplo mais comum são os xingamentos” (Brasil, 1940), como os dirigidos à Teresa, que tem sua honra atingida, passando a ser vítima de injúria, a partir do ocorrido no episódio.

Esses momentos ficam expostos numa das cenas do episódio em que ela vai buscar seu filho na escola e é recebida, tanto pela escola quanto pelos outros pais,

com olhares de reprovação. O ponto fulcral, contudo, ocorre quando o filho pergunta: *“Estão dizendo uma coisa de você. Mãe, o que é vagabunda?”*

A palavra “vagabunda”, assim como a palavra “puta”, citadas, respectivamente, nos episódios Teresa e Maria Clara, por mais que sejam classificadas morfologicamente como substantivos femininos, em nosso gesto de interpretação, nos faz considerá-las como adjetivos, uma vez que tem a função de atribuir características, determinar e qualificar o referente “mulher”.

Ao considerarmos o aspecto modificativo dos adjetivos na gramática e examinarmos seu papel discursivo, é imprescindível levar em conta algumas reflexões sobre a carga ideológica que eles assumem em determinada formação discursiva. Desse modo, torna-se de suma importância considerar as condições em que estes adjetivos “puta e “vagabunda” foram empregados, visto que ambos produzem sentidos variados, pois para a AD, o sentido não se restringe unicamente à palavra em si, mas é construído levando em consideração as condições sócio-histórico-ideológicas. À vista disso, para compreender plenamente o significado de um adjetivo, é necessário analisar as formações discursivas nas quais ele circula, bem como a posição adotada pelo sujeito que o enuncia dentro de uma formação discursiva específica.

No cenário atual, a busca pela igualdade de gênero é um tema premente. A sociedade está em constante evolução, desafiando normas e estereótipos que há muito tempo moldam as interações humanas. E a linguagem desempenha um papel crucial nesse processo, refletindo e, por vezes, reforçando essas dinâmicas. Nesse contexto, palavras como “vagabunda” e “puta” são emblemáticas dessa complexidade, pois ao serem direcionadas a mulheres, carregam consigo bagagens históricas de controle social e estigma associado à sexualidade feminina, tendo o poder de rotular e menosprezar, perpetuando desigualdades profundamente enraizadas.

É interessante notar que, em contrapartida, elas não são frequentemente aplicadas aos homens da mesma maneira, uma disparidade que manifesta um viés de gênero arraigado nas normas sociais, em que as expectativas em relação à sexualidade e ao comportamento são distintas para homens e mulheres.

O controle do corpo feminino também é uma faceta importante dessa dinâmica. Mulheres têm sido frequentemente submetidas a normas de modéstia e recato, enquanto os homens enfrentam menos julgamento por comportamentos sexuais considerados promíscuos.

Cada postagem e julgamento contra Teresa expõe, de alguma forma, características do sujeito que o produziu. O discurso de ódio proferido na internet contra Teresa e o julgamento da sociedade nos permite entender que o discurso é capaz de ferir e colocar em circulação outros sentidos às práticas de ódio. Sentidos estes que estariam diretamente ligados ao fato dela se desvincular das regras sociais, rompendo normas padronizadas, o que é tido pela sociedade como um desvio de comportamento, e tal rompimento faz com que a intolerância e preconceito contra a mulher fiquem evidenciados.

É importante compreender o funcionamento ideológico que leva algumas mulheres ou até mesmo a sociedade como um todo a qualificar uma mulher como "puta" ou "vagabunda", pois isso mostra a posição que assumem dentro de uma formação discursiva específica, onde circulam expressões depreciativas relacionadas às mulheres.

Os ataques recebidos apresentam em seus discursos traços de formações discursivas construídas por meio de uma combinação de fatores, como valores culturais, tradições, normas sociais e desigualdades de gênero arraigadas na sociedade que se relacionam com as condições de produção e ideologia de quem os exterioriza. Procurar-se-á explorar esses efeitos de sentido no capítulo de análise.

3.1.2 Perseguição (*Stalking*)

De acordo com o anuário divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em junho de 2022, foi realizada a inclusão de dois novos tipos penais no mapeamento: a Perseguição (*stalking*) e a Violência Psicológica. Ambos foram inseridos no Código Penal, nos artigos 147-A e 147-B, respectivamente. O referido anuário revelou que, no ano de 2021, foram registradas 27,7 mil denúncias de perseguição contra mulheres, constatou-se também, que a cada 100 mil mulheres brasileiras, 35,8% foram vítimas de *stalking*.

A perseguição foi criminalizada nos Estados Unidos e na Europa desde 1980. No Brasil, essa questão passou a receber maior atenção por parte de pesquisadores, legisladores e autoridades judiciais, que reconheceram a necessidade de enquadrar essa prática como um crime devido ao seu potencial danoso, constatado pelo crescente número de vítimas (Agênciasenado, 2021).

Nos últimos anos, o crime de perseguição tem se tornado mais frequente, especialmente devido às facilidades e avanços proporcionados pelas redes sociais na obtenção de informações pessoais. Como resposta a esse aumento, o crime foi incluído no Código Penal em 2021, sendo sancionada em 31 de março do mesmo ano a Lei nº 14132. O Art. 147-A dessa lei estabelece que "perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade", prevê pena de reclusão de 6 meses a 2 anos, além de multa. É importante ressaltar que a pena pode ser aumentada em metade se o crime for cometido contra uma mulher devido à sua condição de sexo feminino (Brasil, 2021). Com essa nova legislação, o Brasil passou a adotar medidas efetivas para combater e punir a prática do *stalking*, buscando garantir a segurança e a proteção das vítimas.

Remetendo-se ao *corpus* da pesquisa, no segundo episódio analisado da série, somos apresentados à história de Tuca, uma mulher que passa a enfrentar perseguição após o término de um breve relacionamento com Antônio. Incapaz de aceitar o fim da relação, Antônio começa a perseguir, difamar e criar perfis falsos de Tuca em sites pornográficos. Conforme afirmado por Silva (2018, p. 19), "o tipo mais comum de *stalking* ocorre após o término de um relacionamento", o que reflete exatamente a situação vivenciada pela personagem.

Considerando apenas os casos em que o *stalker* era um parceiro íntimo atual ou anterior, em 50.7% dos casos a vitimação ocorreu depois de terminada a relação, apenas em 20.5% ocorreram durante a relação. Geralmente a duração da perseguição, na maioria dos casos, ocorre entre 2 semanas (21.7%) a 6 meses (31.9%). No entanto, em 15.3% dos casos a duração dos comportamentos foi superior a 2 anos. Quanto mais íntima a relação entre o criminoso e a vítima, mais tempo dura a perseguição; em relação à frequência, a maior parte das vítimas afirmou que os comportamentos ocorriam diariamente (41.9%) e semanalmente (41.9%). Corroborando as estatísticas, Antônio perseguiu Tuca durante aproximadamente um ano, de forma persistente, movido por obsessão e/ou perturbação mental (Crespo, 2022).

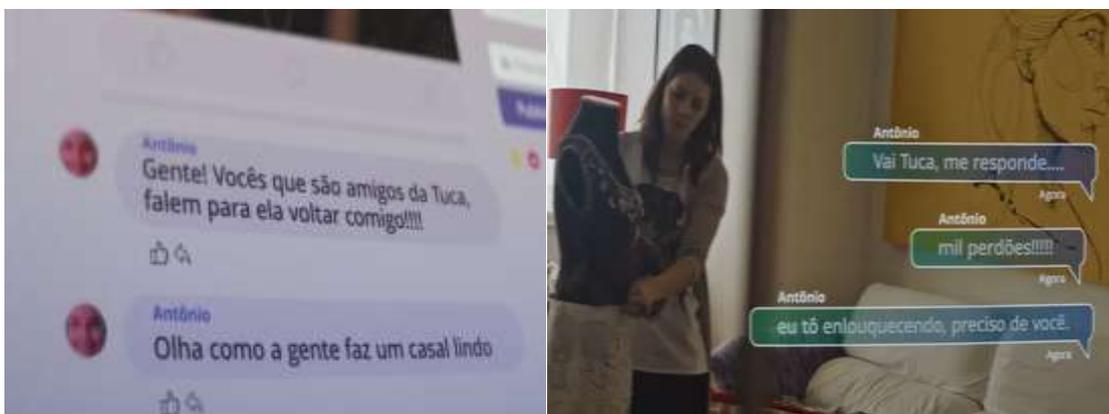
Segundo Flores (2014), a figura do *stalking* se caracteriza como um conjunto de condutas intrusivas e persistentes, que importunam a vítima de forma complexa manifestando uma variedade de condutas e lesividade dos níveis delas decorrentes.

Tal prática se observa nos mais diversos meios, interferindo na liberdade da vítima, causando inúmeros danos psicológicos. Os criminosos variam de perfil e *modus operandi*, de acordo com seus traços biopsicológicos, o grau de patologia e as influências recebidas do meio social com o qual se identificam (Castro; Sydow, 2017).

Os traços biopsicológicos de Antônio, que recusa a aceitar o término do namoro, estão ligados à ideia de erotomania delusória, na qual o *stalker* desenvolve a crença infundada de ser correspondido no seu sentimento. O erotomaníaco é aquele cujo tema central do delírio é a ideia fixa e falsa de que determinada pessoa corresponde à paixão ou ao amor que se pensa sentir pela vítima, crença persistente mesmo diante de evidências contrárias (Castro; Sydow, 2017).

Alguns momentos emblemáticos do seriado ilustram esse *modus operandi*, como o momento em que Antônio deixa inúmeras mensagens no telefone de Tuca, insistindo em vê-la. Além de expor comentários nas redes sociais em fotos antigas do casal, tal como “*gente*”, *vocês que são amigos da Tuca, falem para ela voltar comigo!!! Olha como a gente faz um casal lindo*”.

Figura 4 - Tuca é perseguida por Antônio por meio de mensagens nas redes sociais.



Fonte: Globoplay (2019) - Imagens retiradas do episódio Tuca.

Na esteira dessas ações, o personagem passa a importuná-la em seu local de trabalho. Ao ser ignorado, faz vigília em frente ao local e aborda clientes da Tuca, aos berros, dizendo que na loja em que ela trabalha só eram vendidas roupas para “putas”. As atitudes agressivas, segundo a voz dada ao personagem Antônio, eram resultado da negação da ex-namorada em reconhecer que eles eram “almas gêmeas”, justificada pela rejeição sofrida.

Figura 5- Tuca é perseguida por Antônio em seu local de trabalho.



Fonte: Globoplay (2019) - Imagens retiradas do episódio Tuca.

A vítima de *stalking* se sente constrangida ou ameaçada pela presença física do agressor. É comum ela receber encomendas, presentes, mensagens de voz e fotografias do perseguidor que tem conhecimento sobre suas preferências e sabe onde ela vive, trabalha, estuda e lugares que frequenta. Além das mensagens por telefone, Tuca tem as paredes de seu local de trabalho também marcadas por declarações.

Figura 6 - Antônio envia fotos do casal no celular e deixa recado na parede do local de trabalho de Tuca.



Fonte: Globoplay (2019) - Imagens retiradas do episódio Tuca.

Em resumo, a vítima teme que o agressor avance para o contato físico e, por isso, sente que sua liberdade de ir e vir está comprometida, sentindo-se vigiada e invadida em sua intimidade e privacidade. A vítima de *stalking* teme a progressão das mensagens para contato físico lesivo por parte do outro e teme perder a liberdade de

ir e vir, por se sentir observada e violada na sua intimidade e privacidade (Castro; Sydow, 2017).

No seriado, a pressão e a violência psicológica trazem duras consequências para vida de Tuca, que tem sua autoestima prejudicada. A sensação de impotência faz com que ela se sinta culpada por ter se envolvido e confiado em Antônio. Como mencionado, a personagem Tuca tem fotos suas de lingerie exposta num perfil falso e divulgadas num site de garotas de programa. A partir do nome de “Jeniffer”, o ex-namorado divulga o telefone para o contato de possíveis clientes, que passam a procurá-la para marcar um encontro. Consequentemente, Antônio comete mais um tipo de crime contra Tuca, denominado pornografia de vingança.

3.1.3 Pornografia de vingança

A divulgação de conteúdo íntimo ou de nudez sem autorização, com o intuito de vingança, seja fotos, vídeos, montagens, classifica-se como pornografia de vingança, ou do termo em inglês *revenge porn*, e configura-se como uma violência moral de cunho sexual que viola o direito à privacidade e à intimidade da pessoa atingida. Geralmente, tal tipo de crime é praticado por ex-parceiros com o desejo de se vingar da parceira por não concordar com o fim do relacionamento afetivo. Tendo a certeza de que a exposição da nudez e sexualidade são constantemente reprimidas na sociedade, o delito tem o intento de fazer com que a vítima sofra rejeição, humilhação e discriminação (Azeredo; De Carlos; Wendt, 2016).

Castro e Sydow (2017, p. 37) corroboram dizendo que a pornografia de vingança “refere-se à conduta da pessoa que, ao fim do relacionamento, dissemina, sem autorização, imagens do ex-parceiro (a) por meio de websites (especializados ou não), mídias sociais, chats, aplicativos multiplataforma de mensagens, entre outros”.

Na visão de Barreto e Brasil (2016, p. 201), quando utilizados, sem prévia autorização, imagens e vídeos íntimos de adultos, configura-se os crimes de injúria e difamação, “uma vez que podem atingir a honra subjetiva (o que a pessoa pensa de si) e a honra objetiva (a reputação) dos envolvidos, além de caracterizar ilícitos civis”.

Este tipo de crime é abordado no episódio que narra a história de Milena, professora de ensino médio, que decide romper com seu parceiro, que a havia agredido. Após denunciá-lo à polícia, o ex-companheiro se enfurece e decide se vingar. Ele espalha vídeos íntimos do casal, resultando em uma exposição

devastadora na vida pessoal e profissional de Milena. Como consequência, ela passa a ser hostilizada na escola em que trabalhava.

Já no início do relacionamento o namorado se mostra controlador, ciumento e agressivo, exigindo ter controle da vida e do corpo de Milena, até mesmo durante a relação sexual. É o que pode ser visto na cena em que ele pede que a namorada diga a quem ela pertence, enquanto a filma: *“De quem é esse corpo, hein? Diz que eu sou seu homem, diz[...]”*. O pedido em si pode ser interpretado como uma demonstração de possessividade e controle por parte do namorado, a linguagem usada por ele, exigindo que Milena o chame de seu homem, indica um desejo de dominância e reafirmação de poder dentro do relacionamento, indicativo de uma dinâmica desequilibrada e não saudável, na qual o namorado afirma sua autoridade sobre o corpo de Milena.

O patriarcado colaborou e ainda colabora com essa visão, pois esse sistema beneficia grupos privilegiados, especialmente aqueles que possuem privilégios associados ao gênero masculino, e utiliza esses privilégios como uma justificativa para perpetuar a violência contra mulheres, bem como para controlar seus corpos e suas vidas. Em outro momento da série, é possível observar a formação da ideologia machista de Milton, que após ficar enciumado em ver a parceira conversando com o ex-marido, pai de seu filho, a questiona: *“Você está sendo egoísta pra caralho! Eu faço tudo para te proteger, para ser seu homem! Você não pode sair por aí simplesmente fazendo as coisas sem me falar não, ainda bota uma porra de um vestido de puta”*. A legitimação da existência de um amor desequilibrado entre homens e mulheres provém da dominação masculina inserida nas estruturas, nas práticas e nos discursos sociais (Bourdieu, 1998), a exemplo do enunciado acima.

Nesse contexto, a violência surge quando a autoridade masculina é desafiada ou posta em xeque, Milena não poderia ter descido levar a criança ao ex-marido sem a autorização de Milton, ainda mais com um vestido sensual (de puta?). As respostas violentas de Milton ocorrem como consequência da perda ou questionamento de seu papel como dominadores e são frequentemente observadas no âmbito doméstico, onde encontram uma forma de canalizar suas frustrações, angústias e conflitos internos.

No discurso de Milton é possível identificar elementos de controle, possessividade e objetificação da mulher. Ao dizer que "faz tudo" para proteger a pessoa e ser "seu homem", ele está reforçando a ideia de que é responsabilidade do

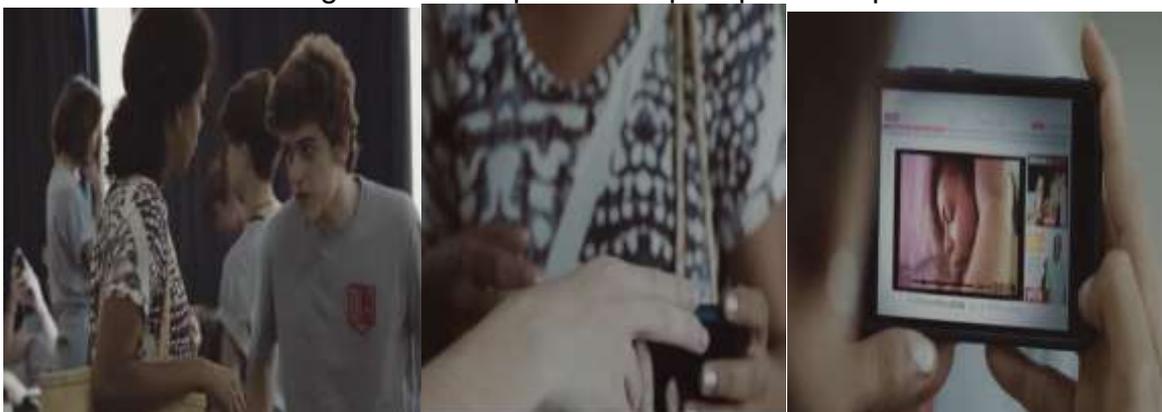
homem proteger e controlar a mulher. Esse tipo de comportamento pode ser considerado uma manifestação do machismo, que coloca o homem como o detentor do poder e da autoridade no relacionamento. O uso do termo "vestido de puta" reflete a objetificação e a sexualização da mulher, pois a expressão é ofensiva e perpetua a ideia de que a mulher deve se comportar e se vestir de acordo com as expectativas masculinas, reforçando estereótipos limitantes.

A relação entre Milena e seu ex-namorado foi gradualmente deteriorando-se devido a um padrão de comportamento marcado por ciúme excessivo e possessividade. Infelizmente, essa dinâmica tóxica atinge um ponto crítico quando ele agride Milena fisicamente durante uma intensa crise de ciúmes. O episódio traumático de violência doméstica é um ponto de virada para Milena, que toma a corajosa decisão de denunciar seu agressor às autoridades. No entanto, a vingança se torna uma parte nefasta dessa história quando seu ex-namorado, movido pela raiva e pela intenção de causar danos adicionais a Milena, decide divulgar vídeos íntimos do casal. A ação maliciosa tem como objetivo envergonhar e difamar Milena publicamente, adicionando um novo nível de abuso emocional e violação de sua privacidade.

Diante dessa situação, Milena enfrenta múltiplos desafios. Além das consequências físicas e emocionais da agressão, ela precisa lidar com o impacto devastador da divulgação não consensual desses vídeos. Esse ato de vingança representa um abuso adicional e intensifica a luta de Milena para reconstruir sua vida e encontrar justiça.

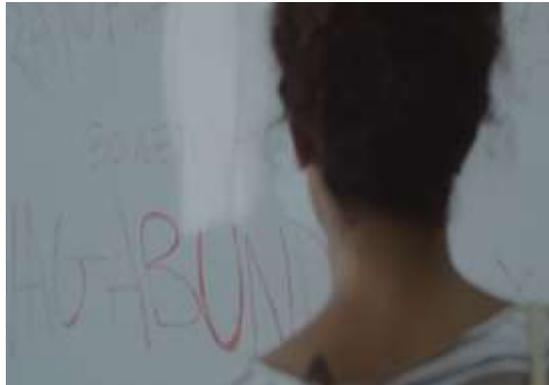
Os recortes a seguir mostram o momento em que um dos alunos mostra a professora o vídeo intitulado "professorinha safada", que estava circulando em um site pornô.

Figura 7- Sequência de imagens da cena em que o aluno de Milena mostra o vídeo de sexo divulgado em site pornô em que aparece a professora.



Fonte: Globoplay (2019) - Imagens retiradas do episódio Milena.

Figura 8 - Cena em que Milena vê mensagens pejorativas na lousa da sala em que daria aula.



Fonte: Globoplay (2019). - Imagem retirada do episódio Milena

Milena procura apoio da diretora da escola, dizendo que não conseguia mais lidar com a situação, é quando a diretora afirma *“Eu, como diretora, não posso fazer nada [...] como é que uma professora, que lida com jovens, se coloca numa situação dessas, e naquela posição? Eu não tenho como te defender”*. *Você é professora, você não pode se colocar numa situação dessas”*.

A teoria de Pêcheux busca analisar como o discurso é influenciado por fatores históricos, sociais e políticos, considerando as relações de poder presentes na linguagem. Ao dizer *“eu, como diretora”* se referindo a si mesma como diretora, indica que há posição de autoridade e responsabilidade dentro da instituição escolar, ela afirma que estava limitada em sua capacidade de intervenção diante dessa situação específica, visto que alguns pais já haviam pedido a demissão da professora, o que faz com que diga *“eu não tenho como te defender”*. Essa limitação pode ser entendida a partir de uma série de fatores históricos e sociais que moldam a atuação e o poder dos diretores nas escolas e às exigências dos “pais - clientes”.

Ao mencionar-se como diretora e reconhecer sua posição de autoridade e responsabilidade dentro da instituição escolar, ela indica a necessidade de lidar com o incidente de maneira apropriada. Ao afirmar que estava limitada em sua capacidade de intervenção e que não tinha como defender a professora, a diretora deixa transparecer uma falha grave no sistema educacional e nas estruturas de apoio disponíveis, a falta de apoio à Milena está ligada ao fato de que ela fez algo indefensável para a sociedade.

Além disso, a diretora menciona a posição-sujeito professora, destacando que ela não deveria se colocar numa *situação dessas, naquela posição* - que situação

seria essa? (transar com o namorado? Tornar o caso público denunciando o agressor e provocando sua ira?). E que posição seria essa?

A fala da diretora explicita a condição da Milena, no caso, a posição-sujeito professora ocupada por ela. A cobrança implicada sobre a vítima tira dela o direito de se colocar numa “*situação dessas*”, mas de que situação fala diretora? Transar com o namorado e tornar o caso público, por conta da denúncia e, com isso, provocá-lo às ações que vitimizam Milena? A formação conservadora que emerge da fala da diretora faz o seu discurso ser pouco compassivo à vítima e dita sobre a presença de uma normativa social definidora do comportamento e do papel que cabem à posição-sujeito professora. Percebe-se que não é possível o desvio, pois as formações discursivas que organizam o discurso da diretora silenciam uma outra formação discursiva também existente, mas não desejada de ser ouvida (porque uma mulher correta como se espera que uma professora seja não se coloca numa situação dessas!). Milena já não é mais vítima, mas é culpada porque desviou-se do traçado socialmente definido. Assim, as condições de produção do discurso em tela superam o espaço da instituição escolar, porque obviamente, ele não nasceu ali. É parte dos discursos que representam uma hierarquia institucional/social que se estende sobre os sujeitos sem pedir licença.

Na seção a seguir, dá-se sequência às definições sobre mais um tipo de crime praticado contra as mulheres nas redes sociais, no caso, presente no episódio de Érica, o *cyberbullyng*.

3.1.4 *Cyberbullying – Sexting*

O *cyberbullying* trata-se de intimidação e violência nas redes cometido contra crianças e adolescentes que ocorrem on-line por meio da disseminação de conteúdo, comentários e/ou compartilhamento de imagens ou vídeos agressivos. Por mais que existam vítimas do sexo masculino, as meninas são as principais vítimas, totalizando 65% dos casos desse tipo de crime em 2020 (Safernet.org.br, 2020).

O termo *sexting*, de origem inglesa, é a junção da palavra *sex* (sexo) + *texting* (torpedo), e configura-se como uma modalidade de *cyberbullying*. A utilização das redes sociais, aplicativos e dispositivos móveis para produzir e compartilhar imagens de nudez e sexo, trata-se de *sexting*, uma espécie de “jogo” sexual utilizado pelos adolescentes nas redes para expressar sua sexualidade, envolvendo desde

mensagens de textos eróticas até a gravação de vídeos com conteúdo sexual (Safernet.org.br, 2018).

O compartilhamento de conteúdo pornográfico entre usuários aumentou significativamente com o crescimento dos aplicativos de troca de mensagens. Esses aplicativos eliminaram a necessidade de acesso a sites específicos para o compartilhamento desse tipo de conteúdo. Na verdade, em alguns casos, o uso de comunicadores instantâneos até mesmo incentivou o acesso e consumo de materiais pornográficos, dependendo do grupo ao qual o usuário pertence (Castro; Sydow, 2017).

Pesquisa publicada na revista "*Jama Pediatrics*" propaga que um em cada sete adolescentes entre 16 e 18 anos já enviou algum tipo de material erótico pelo celular, como informa a organização Safer.org. Também esclarece que tal comportamento se manifesta entre os pré-adolescente entre 10 e 12 anos, idade em que costumam começar e enviar mensagens com conteúdo sexual, caso não haja orientação e vigilância de algum responsável (Safernet.org, 2020).

O episódio "Erica" aborda o crime de divulgação não consensual de material íntimo, em que fotos e um vídeo privado foram gravados sem o consentimento da vítima pelo seu namorado e posteriormente compartilhados nas redes sociais e grupos de *WhatsApp* de seus colegas de classe. Este ato constitui uma forma de violação de privacidade e pode ser classificado como "*sexting*".

O cenário desse episódio mostra a relação de dois colegas de escola, Erica e Roger, jovens, brancos, de classe média alta, estudantes de uma escola particular da cidade. Eles mantêm um relacionamento às escondidas em vista da mãe de Erica considerá-la muito jovem para namorar. Diante da proibição, iniciam-se as primeiras experiências sexuais às escondidas e pela internet. O casal passa a compartilhar entre si imagens sensuais e logo parte do namorado o pedido para que ela lhe enviasse imagens nuas. O namoro finda e, aproximadamente um ano depois, as consequências constroem a narrativa: Erica entra na sala de aula de sua escola e é chamada pelos meninos de "gostosa" e "delícia"; assim descobre que fotos nuas e vídeo íntimo estavam circulando nos grupos de *WhatsApp* dos colegas de classe. Obviamente, Erica sabe que Roger havia compartilhado o material. O garoto nega, dizendo que foi vítima de roubo. O que interessa é que o jovem era o responsável pelo armazenamento indevido das fotos e vídeo, o que se configura em crime.

Imersa no cenário, Érica passa a ser hostilizada e ridicularizada na escola e, em casa, sofre o julgamento da mãe: “*se você não tivesse tirado a roupa, ele nem tinha o que filmar*”, atribuindo à filha a culpa do ocorrido. O fato dele ter armazenado o material inconsequentemente não é julgado. O fato deles terem uma relação íntima e de confiança, naquele momento de suas vidas, também não. O que que fica para avaliação é o comportamento único de Érica, que de boa filha torna-se má, porque torna-se vexatório para a mãe o fato de sua filha ter se exposto.

As palavras da mãe de Erica mostram que em determinadas formações discursivas, “o sujeito não tem condições de optar por estar dentro ou fora da ideologia, é atravessado por ela, assujeitado a uma condição que, por mais que pareça evidente, escapa aos seus olhos (Pêcheux, 1988, p. 160). Parece-nos não existir compaixão para com a vítima. É tomando esse discurso como questão problema, que a análise do episódio será encaminhada à frente.

Em síntese, por meio das subseções buscou-se mostrar alguns dos crimes sofridos pelas mulheres no seriado em análise. Deixou-se, ainda, indícios do percurso analítico que será feito no capítulo que segue. De antemão, o que se coloca é a presença de uma formação discursiva patriarcal que encontra respaldo ao injustificável, mesmo havendo leis que sustentam o contrário, as quais, parece, alienam-se ao fato de que não é dado o direito de as mulheres rejeitarem seus pares, nem negar a eles o que lhes pertence: o corpo e os próprios desejos.

4 UM DOCUMENTÁRIO, DIFERENTES NARRATIVAS, UMA MESMA HISTÓRIA

De acordo com Courtine (2014), é crucial considerar algumas questões relacionadas ao encerramento do espaço discursivo e à formação do *corpus* discursivo. Essas questões abrangem a restrição do espaço discursivo, a tomada de decisões sobre a inclusão de textos e uma maneira de moldá-lo que vá além de ser apenas um conjunto de enunciados aleatórios. No que se refere aos requisitos para a organização de um *corpus* é proposto que, no princípio da abrangência, nenhum dado discursivo presente no nele deva ser negligenciado, sendo fundamental que ele "desafie o pesquisador". A exigência de representatividade indica que não se deve generalizar uma lei com base em apenas um único fato observado.

Diante disso, para a constituição do *corpus* discursivo, seguiu-se o proposto por Courtine (2014), proceder ao recorte a partir da organização de um conjunto de sequências discursivas, estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso.

Entende-se que limitar um dado espaço discursivo seja, nesta dissertação, abordar a descentralização da culpa do agressor em casos de violência contra as mulheres no meio digital, utilizando-se um espaço discursivo composto de sequências discursivas, algumas acompanhadas de imagens, que abordam a problemática em questão.

Para o fechamento do *corpus*, escolheu-se, como critério de seleção, analisar os enunciados/imagens coletadas de 5 episódios da série "Vítimas digitais", que mostram os traços presentes nos discursos que evocam uma rede de sentidos, construídos sobre sequências estabelecidas, resultado do impacto duradouro da memória, sendo resgatados e reforçando os apelos discursivos atuais que continuamente afetam o cotidiano feminino.

Os episódios selecionados são intitulados a partir dos nomes fictícios das protagonistas, sendo eles: "Teresa", "Tuca", "Érica" "Milena" e "Maria Clara". As sequências discursivas (doravante SDs) são analisadas a partir de categorias de análise, como a de formação discursiva, condições de produção, memória discursiva e ideologia. As unidades discursivas das quais o *corpus* discursivo é recortado constituem fragmentos de um discurso que, submetidos à análise, são capazes de reforçar uma determinada situação discursiva (Orlandi, 2007).

As histórias das personagens se desenrolam a partir das seguintes narrativas:

a) Teresa: trata-se de uma atriz, ativista feminista que é estuprada em sua própria casa pelo homem com quem tivera um encontro pelo aplicativo *Tinder*. Como uma forma de alertar a outras mulheres dos perigos desses encontros marcados pelas redes, ela relata sobre a sua experiência no *Facebook*.

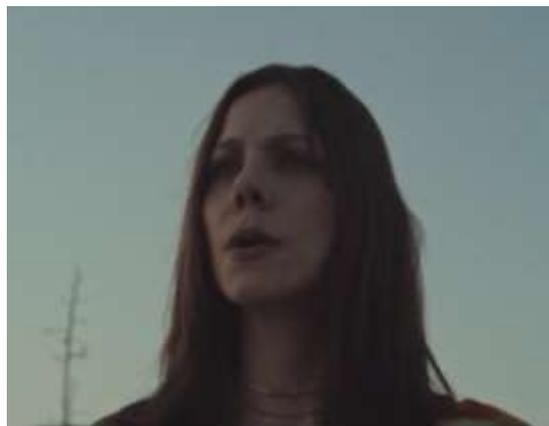
Figura 9 - Teresa



Globoplay (2019) - Imagem retirada do episódio Teresa.

b) Tuca: empresária, vítima de difamação, perseguição e exposição de sua imagem em sites de prostituição por parte de um homem com quem viveu uma curta relação amorosa e que se recusava a aceitar o fim do relacionamento.

Figura 10 - Tuca



Globoplay (2019) - Imagem retirada do episódio Tuca.

c) Érica, estudante do ensino médio, é a protagonista que mostra uma realidade presente nas estatísticas brasileiras: trata-se da adolescente tem seus vídeos íntimos gravados pelo namorado sem seu consentimento e divulgados nas redes sociais.

Figura 11 - Érica



Globoplay (2019) - Imagem retirada do episódio ÉRICA.

d) Milena: professora do ensino médio, que, ao ser agredida pelo parceiro, rompe a relação e o denuncia a polícia, despertando a ira do ex-companheiro. Como forma de vingança, ele espalha vídeos em que o casal aparece transando, o que afeta a vida pessoal e profissional da vítima.

Figura 12 - Milena



Globoplay (2019) - Imagem retirada do episódio Milena.

e) Maria Clara, professora universitária, também tem seus vídeos íntimos com o namorado expostos nas redes sociais: o motivo da exposição também se justifica, na visão do namorado, em razão do término da relação.

Figura 13 - Maria Clara



Globoplay (2019) - Imagem retirada do episódio Maria Clara.

Levando em consideração que o docudrama em análise é baseado em histórias reais, é relevante considerar o que essas mulheres têm em comum. Com exceção de Érica, que é uma adolescente de classe média e ainda sem experiência sexual, nota-se uma regularidade nas outras personagens da série: são mulheres explorando sua identidade, desafiando e resistindo a normas preestabelecidas, protagonizando escolhas sobre sua sexualidade, valendo-se da liberdade pessoal que, em princípio, é da alçada de qualquer pessoa.

Pierre Bourdieu afirma que "a linguagem é um instrumento de poder e de dominação, mas também é um instrumento de resistência e de luta" (Bourdieu, 1991). O discurso pode ser usado tanto para exercer poder e dominação quanto para resistir e desafiar as estruturas de poder estabelecidas. A resistência e a opressão materializadas nas narrativas das personagens são mostras da atuação dos discursos sobre os sujeitos: Teresa divulga sua história nas redes sociais, reivindicando sua autonomia e liberdade de escolha; Tuca não retoma o relacionamento com um homem que não deseja; Milena denuncia seu abusador, por exemplo.

Os comportamentos discursivos em cena, implicam em novas formas de determinação dos discursos e da subjetividade estabelecidas, já que o discurso é um espaço social de produção de sentidos, onde diferentes formações discursivas entram em conflito e disputam sua hegemonia (Orlandi, 2012). Essa afirmação ressalta a

natureza social do discurso e como diferentes formações discursivas competem entre si para impor visões de mundo em obediência a interesses que regem formas de ser para os sujeitos.

4.1 A FACE DA CULPA: A VOZ DO OUTRO (*SEU NOME PODE SER TERESA*)

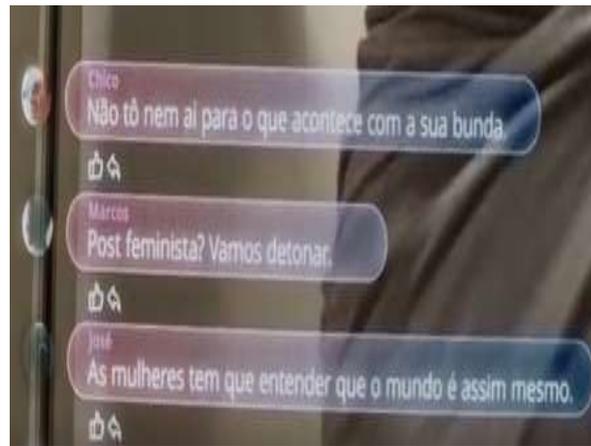
Os encontros entre possíveis parceiros, seja para o namoro ou para encontros casuais, sofreu mudanças significativas. Se um dia, homens e mulheres valiam-se de anúncios em colunas de jornais, chamadas em programas de rádio e televisão (o que não significa que deixou de acontecer), converteu-se na busca pelo outro por meio de aplicativos como o *Tinder*, o *Instagram*, o *Facebook* e outras plataformas digitais. Nesses espaços, o parceiro/parceira ideais expõem seus interesses e, assim, abre-se alguma chance para o amor ou para o sexo.

Entretanto, por mais que a sociedade viva a vida a partir era digital, inúmeras pessoas são julgadas e ridicularizadas por utilizarem aplicativos ou sites de relacionamentos disponíveis na internet. E, talvez, sejam as mulheres quem mais sofre as consequências dessa exposição.

A resposta ao *porquê* de as mulheres serem, frequentemente, as principais vítimas de julgamentos e discurso de ódio na internet, especificamente, relacionado ao uso de sites de relacionamentos é complexa e multifacetada. Embora seja importante ressaltar que nem todas as mulheres são alvos desses comportamentos e que também existem homens que enfrentam situações similares, existem algumas razões que podem contribuir para a avaliação da disparidade que pune mais a um do que ao outros, tais como: as normas sociais que recaem sobre um gênero e não sobre o outro, estereótipos que demarcam comportamentos aos sujeitos, além de discursos que colaboram para fragilizar as mulheres em relação à reputação e imagem pública.

O comportamento das mulheres on-line é mais escrutinado e criticado em comparação ao dos homens, e elas estão sujeitas a uma maior exposição, ao julgamento e à desaprovação. Isso pode estar ligado a questões relacionadas à objetificação sexual, já que as mulheres, em geral, são mais propensas a serem objetificadas e reduzidas à aparência física, o que em ambientes on-line as tornam alvos para comentários de cunho sexual, assédio virtual e julgamentos baseados na sua aparência física. A exemplo, tem-se os recortes abaixo retirados do episódio de Teresa:

Figura 14 - Mensagens enviadas no *Facebook* de Teresa.



Globoplay (2019). - Imagem retirada do episódio Teresa.

Figura 15- Mensagens enviadas no *Facebook* de Teresa.



Globoplay (2019). - Imagens retiradas do episódio Milena.

O fato de as condições de produção do docudrama pertencerem a um momento historicamente marcado pela autonomia das mulheres para escolherem com quantos homens desejam se relacionar ou com quem desejam *ficar apenas por uma noite*, o fato é que tais escolhas geram consequências às mulheres. Vitimadas por posturas machistas de homens, mas também de outras mulheres, as vítimas que rompem certas cadeias de censura veem-se privadas de ocuparem plenamente certos lugares sociais, como o da autonomia sobre seu corpo e seus desejos.

Retomando o fato de a série almejar a identificação com seu público para que o processo ocorra com a personagem Teresa, retoma-se, aqui, a historicidade que a margeia. A narrativa se remete aos meados de 2018, especificadamente, pouco

tempo antes do assassinato da vereadora ativista Marielle⁸ Franco, socióloga e política brasileira, executada no dia 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, quando voltava de um evento "Jovens Negras Movendo as Estruturas", na Rua dos Inválidos, na Lapa. Como Marielle, Teresa é uma mulher jovem e preta, separada, mãe e ativista feminista na luta pelo direito à autonomia das mulheres em relação ao seu corpo, sua liberdade de escolha e contra todas as formas de discriminação. Entender a história da personagem Teresa sob o ocorrido com Marielle Franco, conforme a apropriação feita no seriado, colabora nas relações de sentido que visam a levar o público à compreensão das dificuldades, desafios e as barreiras que mulheres negras, especialmente, enfrentam no contexto de lutas por direitos, igualdade de gênero e enfrentamento de violências em busca de autonomia, inclusive, sobre suas intimidades.

A história de Marielle e Teresa, entrecruzam-se em meio à narrativa. No episódio, a notícia do assassinato é mostrada, expondo a reação da personagem Teresa ao vê-la.

Figura 16 - Cena em que Teresa assiste a notícia da morte de Marielle Franco.



Globoplay (2019) - Imagem retirada do episódio Teresa.

⁸ Marielle Franco graduou-se na PUC-Rio e concluiu seu mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em sua dissertação, abordou o tema "UPP: a redução da favela a três letras". Seu engajamento em direitos humanos iniciou cedo, ainda no pré-vestibular comunitário. Na época, ela perdeu uma amiga vítima de bala perdida durante um tiroteio entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Marielle trabalhou em organizações da sociedade civil, como a *Brasil Foundation* e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm); coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj); também atuou na criação de vários coletivos e movimentos feministas, negros e de favelas. Aos 19 anos, Marielle tornou-se mãe de uma menina (Instituto Marielle Franco, s/d).

Teresa é apresentada ao telespectador a partir da cena de sexo que culminou no estupro. Ela conheceu o homem (que não é identificado em nenhum momento) pelo aplicativo *Tinder*. As imagens são sensuais, há a exposição dos corpos nus, entrelaçados, dando mostras ao telespectador que ambos se divertiam e desfrutavam do prazer propiciado pelo encontro. No decorrer da cena, as personagens parecem interagir e conversam, inclusive, sobre feminismo. Após a relação consensual, a cena corta para a figura do homem fora da cama, ainda nu.

Encaminhando-se para o desfecho do encontro, Teresa aparece enrolada numa toalha como se houvesse saído do banho. É quando o homem se aproxima e pede que ela vire de costas. Ela ri e se nega e, em seguida, diz: *“Agora você vai embora”*. Então, Teresa é surpreendida por uma mudança no comportamento do rapaz, que de forma agressiva, enuncia: *“Quem decide a hora que vai embora aqui sou eu”*. Mesmo sob os protestos de Teresa pedindo para que ele parasse, ele, de forma violenta, mantém à força relações com a personagem.

A cena inicial de Teresa enrolada em uma toalha, como se tivesse saído do banho, cria uma imagem de vulnerabilidade e intimidade. A negação de Teresa em virar de costas e sua risada inicial mostram uma resistência inicial à abordagem do homem, e sua resposta "agora você vai embora" foi uma tentativa de estabelecer limites e reafirmar sua autonomia. A imagem contrasta com a mudança repentina no comportamento do homem, que inverte a dinâmica de poder ao declarar de forma agressiva que ele decide quando ir embora, desconsiderando os desejos e protestos de Teresa. Essa mudança externaliza a intenção de exercer controle sobre ela e impor sua vontade, e mesmo com os pedidos de Teresa para que ele parasse, ele prossegue de maneira violenta e mantém relações sexuais com ela à força. Isso representa uma violação de consentimento e evidencia a presença de crime sexual.

De acordo com Saffioti (2002), a ocorrência de violência está inserida em um contexto político; considerar a violência como parte de um processo político é uma das contribuições das lutas feministas radicais nos Estados Unidos na década de 1970. Nas palavras da autora, as feministas afirmaram que "o pessoal é político".

No entanto, ainda hoje, há tentativas de negar que a relação entre homens e mulheres seja uma relação política, caracterizando-a como meramente interpessoal. Essas tentativas têm como objetivo desviar a atenção dos membros da sociedade das profundas desigualdades que ela abriga (Saffioti, 2002, p. 34).

Logo, podemos afirmar que as interações entre homens e mulheres possuem uma dimensão política, significando que essas relações são atravessadas pelo poder e têm impacto nas dinâmicas de gênero. Como resultado, é comum as mulheres serem vítimas de violência, como no caso de Teresa, sendo colocadas na posição de objeto, o enunciado “*Quem decide a hora que vai embora aqui sou eu*”, sugere uma dinâmica de poder e controle, em que o homem se recusa a sair da casa da mulher, desconsiderando sua vontade e impondo sua autoridade de forma violenta. O estupro, neste caso, agiu como instrumento de dominação masculina sobre a mulher, o sujeito declara seu poder de decisão sobre quando agir a partir de determinado lugar, podendo ser visto como um exemplo extremo do exercício do poder masculino sobre as mulheres.

A FD dominadora do agressor também pode estar vinculada à análise da cultura do estupro, que envolve a naturalização e perpetuação de comportamentos e atitudes que contribuem para a violência sexual contra as mulheres. O enunciado pode ser interpretado como uma manifestação dessa cultura, na qual o agressor se sente no direito de impor sua vontade sobre o corpo da vítima, e que a violência sexual é justificável ou até mesmo desejável.

A análise das relações entre homens e mulheres como sendo políticas e permeadas pelo poder permite compreender a complexidade das dinâmicas de gênero e a forma como a violência é utilizada como uma ferramenta de controle e manutenção das desigualdades de poder.

Passada a cena do estupro e arrasada com o crime do qual foi vítima, Teresa decide compartilhar sua história com outras mulheres por meio de um relato no *Facebook*. O que interessa ao momento, para além da evidência de sua história – mulher marca encontro no *Tinder* e é violentada, expõe nas redes sociais e é agredida pelos internautas - é gerar identificação (como preveem os autores).

No entanto, essa identificação é atravessada por outros discursos. O que fica em suspenso como ponto de reflexão é como os discursos passam a funcionar a partir da exposição do estupro sofrido, que foi produzido da seguinte forma: tem-se um homem, seu rosto não é mostrado, mas o perfil delineia um homem jovem, de pele morena, barba desenhada e corpo esguio.

Figura 17 - Cena do homem (agressor) bebendo antes do estupro de Teresa.



Fonte: Globoplay (2019) – imagens retiradas do episódio Teresa.

Por mais que os sentidos não estejam evidentes na imagem, eles podem ser lidos, e é essencial que se leve em conta tanto o que a imagem diz, quanto o que ela deixa de dizer, o que não é dito, não verbalizado, mas tem significado, constituindo um silêncio que faz irromper outras compreensões.

A narrativa expõe a imagem do homem bebendo antes de cometer o estupro e, conforme afirma Pêcheux, a imagem é um operador de simbolização (Pêcheux, 1999). Por que antes do estupro ele aparece bebendo? Estaria o agressor alcoolizado e por isso não deu ouvido às negativas de Teresa?

A presença da bebida na narrativa pode funcionar como um elemento simbólico que reforça a ideia de desinibição e perda de controle por parte do agressor. A imagem do homem bebendo sugere uma associação com comportamentos irresponsáveis e agressivos, alimentando a noção de que o consumo de álcool pode estar relacionado à predisposição para a violência sexual.

A cena também levanta a questão de o agressor estar alcoolizado e, portanto, incapaz de dar ouvidos às negativas de Teresa, associado à diminuição de inibições e ao relaxamento das normas sociais. Nesse contexto, a bebida pode simbolizar a quebra de barreiras sociais e morais que impediriam o agressor de cometer o estupro. Ademais, o estupro é uma manifestação extrema de poder e controle sobre a vítima, e o consumo de álcool antes do ato pode simbolizar uma busca por uma sensação de poder amplificada ou uma forma de exercer controle sobre a vítima: *“Quem decide a hora que vai embora aqui sou eu”*.

O fato de o agressor beber antes do crime pode ser interpretado como uma quebra de limites pessoais e sociais, pois, ao se permitir ultrapassar os limites

estabelecidos pela sociedade, pode usar o álcool como um símbolo dessa transgressão, que se manifesta no ato violento do estupro.

Na esteira das reflexões possíveis, o copo de bebida poderia representar um sentido para um processo de desculpabilização. Afinal, poderia ser qualquer outra situação em tela: o homem poderia estar fumando ou simplesmente parado, mas o copo implica num simbolismo que remete ao “fora de si”, já que a bebida pode ser o estopim para levar o sujeito a atitudes que não teria em condições normais. O que se deseja provocar é como pela ordem de um discurso outro, a cena construída deixa ruídos a serem ouvidos.

Pêcheux (1999, p. 28) afirma que a imagem “representa a realidade, bem como conserva a força das relações sociais (e fará então impressão sobre o espectador)”. Aquele que vê uma imagem desenvolve um movimento de significação, fazendo com que a imagem “comporte um programa de leitura: ela assinala um certo lugar ao espectador” (op. cit). Nesse sentido, as imagens reclamam sentidos, pois o copo poderia convidar o telespectador a dar escuta ao que ele vê ao alcance dos olhos. Isso o permitiria o pensamento de que a bebida pode ter influenciado para que o homem se tornasse agressivo, tentando justificar e até mesmo amenizar sua culpa, visto que poderia estar sob o efeito do álcool, como foi discorrido.

Facilmente, então, poder-se voltar à Teresa não como uma vítima, mas como a mulher que marca um encontro regado a álcool e sexo com um desconhecido em sua própria casa. Essa perspectiva coloca a responsabilidade pelo encontro e suas consequências exclusivamente em Teresa, desconsiderando o contexto mais amplo e a possibilidade de que ela possa ter sido vítima de circunstâncias violentas ou não consensuais. Tal abordagem coloca a mulher como a única responsável por sua própria segurança, ignorando a totalidade das circunstâncias em que o estupro se deu.

As sociedades orientadas por uma mentalidade machista e patriarcal impõe a leitura de responsabilizar as mulheres pela sua própria segurança. Elas são frequentemente culpadas por situações em que são vítimas, como por exemplo, em vista da hora em que se encontravam andando sozinhas à noite ou pela roupa que vestiam num certo lugar. Esse tipo de pensamento é problemático, uma vez que perpetua estereótipos, sugerindo a exemplo do seriado, que mulheres que buscam satisfação sexual são moralmente condenáveis. Além de reforçar a ideia de que as mulheres são meros objetos de desejo e do controle masculino, portanto, os recursos

imagéticos presentes nessa materialidade de análise fazem emergir sentidos que culpam e subjagam a mulher em relação ao homem.

Os julgamentos e os discursos de culpabilização das mulheres atravessam a história. Cabe destacar o funcionamento da ideologia e da memória na perpetuação da imagem negativa da mulher que ousa desobedecer aos discursos carregados de misoginia e cobram uma postura padrão do comportamento feminino.

O que é visto em cena e não-dito é a presença latente de uma justificativa para a violência sofrida, atribuindo às atitudes da vítima a culpa por ter facilitado a ação violenta, como no caso de Teresa: beber e fazer sexo com um homem desconhecido é “dar mole”, é “pedir para acontecer” um estupro(?!).

O episódio se desenrola com Teresa decidindo compartilhar sua história com outras mulheres na intenção de que sua experiência seja um alerta. A entrada de Jorge em cena corrobora com a reflexão sobre culpabilização da mulher. O ex-marido de Teresa não apenas ignora o fato do estupro, mas aponta uma insólita preocupação, no caso, com que viria ferir a sua imagem.

Retomando a ação de Teresa, em poucas horas o seu depoimento é compartilhado por um número expressivo de internautas. Em seguida, o desabafo começa a receber inúmeros comentários, entre mensagens de agradecimento e oferta de ajuda, outras chegam: mas recheadas de julgamento, ódio e preconceito, tais como: “*não aguento esse mimimi feminista*”, “*maior baranga, transou e ainda reclama*”, “*vagabunda, merece morrer*”, “*as mulheres precisam entender que o mundo é assim mesmo*”, entre outros. O julgamento, mostra o seriado, parte inclusive de mulheres, “*foi só um date ruim, para que tornar público*”?

Os ataques à Teresa não se restringiram aos internautas, mas foram ouvidos de sua mãe e de outras mães da escola do filho. O que permite colocar à escuta é o funcionamento de um discurso misógino sob o efeito de uma memória social de preconceito e discriminação. Nesse sentido, como afirma Courtine (2009):

[...] É então, exatamente, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma “conjuntura discursiva”, e que designamos como efeito de memória (Courtine, 2009, p. 106).

Os efeitos de memória resultantes de discursos históricos, literários, políticos e midiáticos permitem identificar os padrões discursivos que moldam a forma como a

sociedade julga as mulheres por suas escolhas sexuais. Por exemplo, é possível observar como os discursos religiosos e morais têm sido utilizados para estigmatizar as mulheres que desafiam as normas tradicionais de comportamento sexual, que muitas vezes associam a sexualidade feminina à imoralidade, à promiscuidade e à falta de virtude.

Além disso, os discursos das redes sociais contribuem para a perpetuação desses julgamentos, como vimos no caso de Teresa, ao compartilhar sua história no *Facebook*, onde estereótipos e preconceitos em relação às escolhas sexuais dela foram disseminados e reforçados. Historicamente, muitas sociedades adotaram normas e valores que enfatizam a modéstia, a castidade e a fidelidade como virtudes femininas, restringindo a liberdade sexual das mulheres, frequentemente usadas para controlar o comportamento feminino e impor padrões de conduta específicos.

Ainda, permite-se analisar como essas normas são utilizadas como mecanismos de controle social. O discurso que enfatiza essas virtudes femininas busca regular a sexualidade das mulheres, limitando sua liberdade e impondo padrões de conduta específicos. Essas normas são construídas discursivamente como uma forma de manter o poder e a hegemonia de certos grupos sociais, reforçando desigualdades de gênero e exercendo controle sobre as escolhas e a autonomia das mulheres.

É importante destacar que a análise do discurso não considera essas normas como inerentes ou naturais, mas sim como construções sociais que são moldadas por relações de poder; as estratégias discursivas utilizadas para legitimá-las e mantê-las, tal qual os efeitos que elas têm na subjetividade das mulheres e na sociedade como um todo, é o que se nota no comentário de um homem, chamado José, no post de Tereza, que diz: *“as mulheres precisam entender que o mundo é assim mesmo”*.

Ao fazer tal afirmação, os “José” estão empregando uma estratégia discursiva de reforço do *status quo*, onde as desigualdades de gênero são tratadas como inerentes e imutáveis, frequentemente utilizada para silenciar as reivindicações de mudança e perpetuar estruturas de poder existentes. Ao naturalizar as desigualdades de gênero, o comentário de José contribui para a reprodução de ideologias que limitam as possibilidades das mulheres, reforçando estereótipos de gênero, além de que, essa forma de discurso tem implicações mais amplas na sociedade, uma vez que influencia a percepção coletiva e a manutenção das estruturas de poder desiguais. Ao reforçar a ideia de que as desigualdades de gênero são normais e inevitáveis, José contribui

para a perpetuação de relações assimétricas de poder e dificulta a transformação social.

Na sequência, compondo o *corpus* da análise, apresenta-se a SD1 que se remete à discussão entre ela e o ex-marido (Jorge).

SD1 - Poxa Teresa, você abriu a porta para um cara que acabou com a nossa vida, a culpa é sua, todo mundo acha isso! Acorda!
(Globoplay, 2019).

Jorge culpa Teresa pelos ataques sofridos e pelo estupro. Na cena em destaque, quando ele a acusa de abrir a porta para o homem que conheceu no aplicativo e a estuprou é possível visualizar como o sujeito é atravessado por uma formação discursiva patriarcal e nada solidária à vítima. Ou seja, no enunciado, *“Poxa Teresa, você abriu a porta para um cara que acabou com a nossa vida, a culpa é sua, todo mundo acha isso! Acorda!”*, ela é não só culpada por abrir a porta (abrir sua intimidade (abrir suas pernas)), mas por “acabar” com a vida dele e de todo mundo, aliás.

As condições sócio-históricas instituídas, além de evidenciar a posição na qual Teresa se encontra na sociedade, do mesmo modo aludem, face a instauração interdiscursiva, às marcas linguísticas que compõem o discurso de Jorge, num plano significativo mais amplo. Os termos “nossa vida”, no dizer do ex-marido estabelece uma relação de dominação em relação a ex-esposa. Eles estavam separados, mas ele se achava no direito de opinar sobre suas escolhas e a acusá-la de ter tomados decisões erradas que atingiram a vida deles, porque mesmo que não fossem mais um casal, o que se identifica é o discurso de posse do homem sobre a mulher, que mesmo separada, deve ao outro explicações/justificativas.

A formação discursiva oriunda de uma formação ideológica determinantemente machista, dá poder ao homem para que ele dite as regras e se ache no direito de considerar que a ex-mulher ainda é um objeto de sua posse, e quando essa mulher não age conforme suas determinações, dando voz ao discurso de resistência, como fez Teresa ao decidir compartilhar sua história nas redes sociais, este homem passa a julgá-la e repreendê-la.

Orlandi (2012) afirma que “as relações de força” são constitutivas do modo como as condições de produção do discurso se instituem. O lugar de onde o sujeito enuncia tem força na relação de interlocução e isso se manifesta na posição do sujeito,

observamos essas relações de força nas imagens a seguir, que mostra a forma como Jorge se impõem em relação à ex-mulher, ou seja, de forma controladora e impositiva.

A cena mostra telas e, com elas, passa a sensação de aprisionamento: Teresa aparece encurralada. O corpo de Jorge se sobrepõe ao de Teresa, seu comportamento é de ataque: o rosto de Teresa evidencia medo, apreensão, culpa.

Figura 18 - Sequência de cenas da conversa de Teresa com o ex-marido.



Fonte: Globoplay (2019) – imagens retiradas do episódio Teresa.

Marcas linguísticas levam a refletir sobre os efeitos sentido oriundos da SD1: trata-se ainda da fala de Jorge, quando ele diz que a culpa do ocorrido é toda de Teresa, afirmando que *"todo mundo acha isso"*! Quem seria *"todo mundo"*? Os efeitos de sentido do enunciado podem conduzir a uma metáfora social, na qual a ideologia de um determinado meio social interpela todos os indivíduos como sujeitos." Nesse caso, o enunciado "todo mundo acha isso" pode ser interpretado como uma crença generalizada ou consenso dentro de um determinado meio social.

A noção de "todo mundo" sugere a inclusão de todos os indivíduos nesse contexto, o que implica que eles são influenciados pela ideologia predominante desse ambiente específico. Ao considerar que "todos os indivíduos são interpelados como sujeitos pela ideologia de determinado meio social", sugere-se que essa ideologia exerce uma influência sobre a forma como os sujeitos pensam e agem. A ideia de interpelação aqui está relacionada à noção de sujeição, em que os sujeitos são incorporados e moldados por essa ideologia social, sendo levados a adotar determinadas perspectivas e atitudes, a metáfora social subjacente a esse enunciado sugere que a ideologia dominante em um determinado meio social tem um efeito poderoso e abrangente sobre a visão de mundo e comportamento das pessoas.

Teresa sofre um estupro e a voz que se anuncia é a de um outro cobrindo-a de culpa porque o ocorrido, tornado público, afeta a imagem do ex-marido, afinal, que tipo de mulher é essa (com quem ele fora casado) que marca encontro pelo *Tinder*? Como uma mulher com filho pequeno marca um encontro em um aplicativo de namoro, permitindo que um estranho entre na sua casa e, como se não bastasse, expõe a família num relato que apenas reitera a sua culpa pela sua falta de responsabilidade?

A fala apresentada na SD pela posição sujeito-homem mostra a relação de força na crença do homem que acredita que a mulher deve seguir certos comportamentos que limitam o lugar social que deve ser ocupado por ela. Por meio de um dispositivo conceitual, marcado por uma consciência que reconhece de forma livre as ideias em que acredita, o comportamento (material) desse sujeito-homem, transcorre naturalmente, pois o indivíduo se conduz de determinada forma, adaptando seu comportamento a partir de práticas reguladas e amparadas pelo aparato ideológico que defendem a sua posição.

Ao enunciar, o ex-marido se coloca como sujeito que assume diferentes posições e ideologias machistas e patriarcais em conformidade com os propósitos das suas condições de produção. As condições de produção se manifestam no discurso de Jorge conforme sua posição social, pois suas palavras, conscientes ou não, anunciam seu pertencimento a uma formação discursiva patriarcal. O discurso de culpabilização direcionado à Teresa manifesta a voz que o constituiu, no caso, a voz do outro, o ex-marido – a voz da sociedade.

O que se observa a partir dessa materialidade discursiva significa que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos, etc. (Pêcheux, 1997, p. 171).

O olhar do outro, determinado mediante o conflito no funcionamento do dizer, é apresentado também mediante marcas linguísticas por meio das quais se revelam uma estruturação entre a consequência (ficar incomodado com a postura da ex-mulher) e o acontecimento (acusá-la de ter acabado com a “nossa vida”). A presença do outro que incide sobre a materialidade, produz efeitos no discurso desse sujeito que enuncia. Esse outro (ex-marido) nega à mulher o direito de viver da maneira que Teresa deseja, exercendo controle e impondo uma ordem através do que ele deseja.

Michel Pêcheux (1999) conceitua a metáfora como efeito de sentido estabelecido por meio da posição do sujeito - cultural, social, histórico - e sua relação com a ideologia, memória discursiva, assim como a rede de sentidos tecida pelo interdiscurso. Sua teoria parte da concepção do sentido como “efeito de sentido”, este gerado no interior de uma FD, sendo afetado por regras externas. Desse modo, afirma-se que uma expressão ou uma palavra não tem um sentido que lhe seja próprio, associado à sua literalidade, mas sim que seu sentido é constituído em cada FD, nas relações que as palavras estabelecem com outras da mesma FD.

Pêcheux (2010) enfatiza o interdiscurso como um princípio essencial da discursividade, pois refere-se aos pré-construídos, ou seja, "algo que fala, sempre antes, em outro lugar". Dessa forma, é por meio da relação entre interdiscurso - o conjunto do já-dito - e intradiscursos - a formulação específica do discurso - que os efeitos de memória são constituídos, como argumentado por Courtine (2009). Isso implica compreender que os discursos são efeitos de sentido entre interlocutores, uma rede de discursos pré-existentes que se atualizam em novas formulações, gerando efeitos de memória.

O conceito de FD abarca a concepção de um sujeito pré-construído, que estabelece relação a uma construção anterior e exterior, criando a partir disso, uma espécie de padronização do sujeito, que estaria destinado a dizer sempre o esperado dentro de determinada situação. Todo mundo, toda a sociedade, todos os nossos conhecidos, toda a nossa família, todos aqueles que não são Teresa: todo mundo

Teresa, por tê-los exposto daquela maneira é castigada, tendo, inclusive, o filho levado, pois o menino estaria com medo da mãe (segundo o pai), e a decisão tomada por ele (o pai) era o melhor para eles. Concebe-se, a partir disso, a FD do “amor controlador” do ex-marido, que independentemente do casamento não mais existir, achava-se no direito de sentir-se prejudicado com a conduta de Teresa, culpá-la, como se a decisão tomada por ela necessitasse da aprovação dele com direitos sobre a vida dela e com autoridade para puni-la.

Analisando o discurso de Jorge, observa-se o lugar em que as ideologias se materializam, tornando possível apreender os diferentes sentidos em cada enunciado. Sentidos esses que, conforme assevera Orlandi (2012, p. 45), “são sempre determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos”, é o que iremos analisar na SD2, do mesmo episódio.

A SD2 retirada do episódio Teresa, do mesmo modo da SD1 anterior, carrega marcas linguísticas que advêm da formação ideológica machista. Ela diz o seguinte:

SD2- Você expôs na internet e não pensou em nada, não pensou na gente, não pensou no seu filho, Teresa!

O fato dele afirmar no enunciado “*Você expôs na internet e não pensou em nada, não pensou na gente, não pensou no seu filho, Teresa*” remete acerca do que Beauvoir (1980) reitera, ou seja, de que a perspectiva é baseada no existencialismo moral, que afirma que cada indivíduo possui projetos concretos que transcendem a sua existência atual.

A liberdade é alcançada por meio de uma constante superação em direção a outras liberdades, e a justificação da existência se dá pela expansão em direção a um futuro aberto e indefinido. Quando a transcendência é substituída pela imanência, ocorre uma degradação da existência em si mesma e da liberdade em sua factualidade. Essa queda é considerada uma falha moral se for consentida pelo sujeito ou uma forma de opressão ou frustração se infligida a ele (Beauvoir, 1980).

Todo sujeito que se preocupa em justificar a sua existência sente a necessidade de transcender de forma indefinida. Porém, o que torna a situação da mulher singular é que, embora seja um ser humano autônomo, ela é obrigada a se descobrir e escolher em um mundo onde os homens impõem a condição de "Outro". Busca-se transformar a mulher em um objeto e restringi-la à imanência, já que sua transcendência é constantemente ultrapassada por outra consciência essencial e dominante (BEAUVOIR, 1980). O dilema de Teresa está no confronto entre sua exigência básica de se afirmar como essencial e as solicitações de uma situação que a posiciona como não-essencial.

A forma como Jorge culpa e impõe a responsabilidade do estupro e da exposição do caso nas redes sociais à Teresa é problemática e manifesta marcas do discurso oriundo de uma formação discursiva patriarcal. Desvia-se a culpa e responsabiliza-se Teresa pelas ações como mãe-mulher.

Ao questionar a atitude de Teresa e culpabilizá-la por expor o filho a uma situação como aquela, Jorge ignora a violência cometida contra Teresa. Além disso, controla a narrativa e faz com que o público questione a legitimidade da resistência de Teresa. Na atualidade, parte da sociedade é influenciada por uma ideologia predominante de viés machista que estabelece limitações para as mulheres em

relação aos espaços que elas podem ocupar. Quando a mulher age de maneira que desagrada seu companheiro ou quando ela defende sua posição de resistência, frequentemente o homem se sente no direito de puni-la, muitas vezes, recorrendo à violência, no caso de Teresa, uma violência psicológica.

Na abordagem do seriado por meio da Análise de Discurso é compreendido que não é possível se dizer tudo. É necessário, segundo Orlandi (2013, p. 29), “[...] ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências”, pois há “[...] memórias e [...] circunstâncias que mostram que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das interações dos sujeitos”.

O imaginário dominante sobre a mulher retorna no discurso sob a forma de um pré-construído que sustenta o discurso do outro, mesmo sendo seu ex-marido, Jorge ainda se acha no direito de dizer “não pensou na gente”, melhor dizendo “não pensou em mim”, “não pensou no que os outros (sociedade) iriam dizer”, dele.

Daqui se depreende múltiplos efeitos de sentido, tais como: uma boa ex-mulher não teria exposto o ex-marido daquela forma, uma boa mãe não teria exposto seu filho perante a escola e amigos daquele jeito, não teria marcado encontro no *Tinder*, não teria transado no primeiro encontro (uma boa mãe não teria aberto a porta, não teria “aberto as pernas”).

Teresa, assim, é culpada. Culpada pelos próprios desejos, por se achar no direito de gozar de um encontro casual: por ser mãe, mulher, negra, ativista? Não, Teresa é culpada por ser uma mulher e o outro um homem. Afinal, eles já haviam transado: o que ela estaria “regulando” naquela altura? Muitos são os discursos que depõem contra as Teresas. E um único monossílabo não dá conta de justificá-la, pois ela apenas disse, “não”.

4.2. A FACE DA CULPA: A VOZ DA MÃE (DONA CÉLIA)

Nesta seção, visa-se analisar as sequências discursivas selecionadas em busca de compreender o mecanismo ideológico que faz com que exista um deslocamento da culpa do agressor para o sujeito-mãe, reproduzindo um discurso que remete à culpabilização da figura materna. Três sequências discursivas serão analisadas nesta seção, ambas retiradas do episódio “Tuca”. Para iniciar, remonta-se, como pano de fundo, à história da maternidade, em vista de constituir para as análises

uma reflexão que colabore na compreensão de um dos objetivos específicos do trabalho.

No século 20, de acordo com Brasil e Costa (2018), a publicação do livro "O Segundo Sexo" (1949/1980) de Simone de Beauvoir marcou o início de um movimento que contestou a ideia de inatismo, argumentando que o estado de "ser" só pode ser alcançado por meio de um processo de transformação contínua, o "tornar-se". Isso levou a uma politização e publicização de questões que anteriormente eram discutidas somente em âmbito privado.

Houve uma tentativa de romper com a história da medicalização do corpo feminino, que se baseava na ideia de uma natureza biológica dominante e determinante para a condição feminina por meio deste movimento. A concepção da natureza feminina era fundamentada nas características biológicas relacionadas à gravidez, parto e amamentação, e a determinação biológica era utilizada para justificar as questões sociais que envolviam o corpo feminino, tornando-se a explicação legítima e exclusiva desses fenômenos. Conseqüentemente, essa concepção permitiu que a medicina se apropriasse do corpo das mulheres (Vieira, 1999).

Em relação à maternidade, Badinter (1985) em seu livro "Um amor conquistado: o mito do amor materno", diz que a maternidade adquiriu um novo sentido a partir do século XX, expandindo-se além dos nove meses de gestação. Agora, além dos cuidados físicos, as mães têm a responsabilidade de educar e formar intelectualmente seus filhos. Reconheceu-se que a maternidade não é apenas um papel animal, mas também a responsabilidade de criar indivíduos que sejam bons cristãos, cidadãos responsáveis e membros valiosos da sociedade. O que é novo é que agora se reconhece que as mães são as mais aptas a assumir essas responsabilidades, atribuídas a elas pela "natureza". A responsabilidade final que a mãe do século XX teve que assumir é lidar com o inconsciente e os desejos do filho.

Ademais, as mulheres que não tinham filhos eram frequentemente desprezadas ou alvo de piedade, enquanto aquelas que escolhiam não ter filhos eram criticadas. Enquanto as tarefas maternas eram enaltecidas por sua grandeza e importância, qualquer mulher que não conseguisse realizá-las com perfeição era condenada. Isso fazia com que a passagem da responsabilidade para a culpa fosse rápida, ocorrendo até mesmo diante das menores dificuldades (Badinter, 1985).

Frequentemente, quando as mulheres resistiam à ideologia dominante, eram rotuladas como egoístas, más ou até mesmo desequilibradas, e isso deixava pouco

espaço para escolha além de aceitar sua "anormalidade". Para as mulheres, ser diferente era uma experiência complicada, e muitas vezes acabavam cedendo em silêncio, algumas resignadas, enquanto outras ficavam frustradas e infelizes (Badinter, 1985).

Diante desse panorama histórico, o primeiro gesto de interpretação que se apresenta nesta seção diz respeito a SD3, trata-se da sinopse do episódio.

SD3: Tuca nunca imaginou que um namoro de apenas um mês pudesse lhe causar tanto problema. Inconformado com o término da curta relação, Antônio perseguiu, difamou e criou perfis falsos em sites de prostituição. O que era para ser apenas um namoro malsucedido se tornou um trauma longo e com desfecho policial. O que é ciúmes e o que é doença? (Globoplay, 2019).

Conforme o fragmento, a intenção do episódio era mostrar como Antônio, namorado de Tuca, ao não concordar com o término da relação, se vingou da namorada a partir da perseguição e difamação. Como já relatado, ele expôs suas fotos em sites de prostituição. Neste momento, chama-se a atenção ao enunciado, que marca a descentralização da culpa do agressor para a personagem mãe.

A primeira cena do episódio é narrada por Tuca da seguinte forma: *“Eu nunca gostei de ninguém me seguindo, nem antes de tudo isso. O dia que eu conheci o Antônio, ele começou a me seguir e curtir todas as minhas fotos, todas! Eu achei fofo, achei que ele podia ser o cara, segui de volta”*.

A narrativa volta para o dia em que Tuca conhece Antônio em um restaurante durante um jantar com suas amigas. Um rapaz jovem, alto, magro, branco, bem vestido que desde o primeiro momento se mostra carismático e gentil, se oferece para tirar uma foto dela com as amigas e, em seguida, pede que os dois tirem uma foto juntos para que ele pudesse guardar uma lembrança da primeira vez que viu “a mulher da sua vida”. A psiquiatra e escritora Ana Beatriz Barbosa da Silva (2019) sobre esse tipo de episódio, explica: *“Tuca conhece aquela cara, super descolado, em um barzinho, e esses caras estão nas redes sociais, sempre muito bem acompanhados, sempre muito bem vestidos, cheios de qualidades, então, como não ser amados?”*

A partir dos efeitos de sentidos dos discursos de Tuca ao dizer “eu achei fofo” e de Antônio, ao pedir que tirassem uma foto da primeira vez que viu “a mulher da sua vida”, tem-se o apelo a uma formação discursiva do amor romântico.

Em sua obra “A dominação masculina”, Bourdieu (1998) afirma que o amor romântico se mostra insculpido em uma cultura androcêntrica que, para ter êxito, trata

as manifestações do amor de forma natural e mágica, tendo a cumplicidade do dominado. Tal cultura, na visão do autor, impõe uma fórmula de amor que conduz à submissão feminina e, por esse motivo, o amor romântico seria uma espécie de violência simbólica, tornando-se um fardo para as mulheres que passam a idealizar o mundo afetivo a partir desse sistema de dominação masculina. “A sociedade instrui os homens a amar os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que jogam” (Bourdieu, 1998, p. 97). As palavras de Tuca mostram a vaidade de despertar no outro um sentimento, o mesmo acontece com Antônio: vaidade e amor se entrecruzam numa formação discursiva da individualidade: o outro é objeto de desejo, o que não significa que exista o sentimento de amor.

O episódio retrata a evolução do relacionamento entre Tuca e Antônio, desde o início até o fim. Inicialmente, Tuca é mostrada como uma mulher sensual, livre e desinibida, chegando a visitar Antônio na academia sem calcinha para excitá-lo. No entanto, a relação acaba terminando porque Tuca se sente pressionada e acredita que as coisas estão indo rápido demais com alguém que ela não considera seu namorado. Após ela decidir se afastar, Antônio passa a persegui-la por meio de ligações e mensagens pedindo perdão por tê-la pressionado, tentando fazê-la voltar a falar com ele.

Figura 19 - Imagens das mensagens insistentes de Antônio enviadas no celular de Tuca.



Fonte: Globoplay (2019) – imagens retiradas do episódio Tuca.

Depois de ser bloqueado por Tuca, e quando todas as tentativas falham, ele se torna agressivo e decide se vingar, expondo Tuca em sites de prostituição, que descobre o crime após receber mensagens de cunho sexual em seu celular. No

decorrer da história a situação piora, as perseguições, ligações e até mesmo ameaças de morte.

Figura 20 - Imagens do perfil de Tuca em site pornô.



Fonte: Globoplay (2019) – imagens retiradas do episódio Tuca.

A divulgação não consensual de fotos íntimas, conhecida como "pornografia de vingança" ou "*revenge porn*", representa uma forma de violência de gênero e abuso on-line, e trata-se de uma prática que acarreta sérias consequências para a saúde mental e emocional das vítimas, incluindo estresse, ansiedade, depressão e traumas. As mulheres que sofrem essa violência experimentam uma série de emoções, como violação, invasão de privacidade, angústia, vergonha, humilhação e raiva. Infelizmente, esses impactos são muitas vezes negligenciados no decorrer da história, que se desenrola rapidamente, e, apesar de múltiplos episódios de violência contra Tuca, a atenção é desviada para outra personagem. É nesse momento que a mãe de Antônio se torna a figura central.

A série mostra a mãe como exageradamente protetora, questiona a sexualidade de Tuca, vitimiza o filho, como mostra a SD4:

SD4: *“Olha, vou te dizer uma coisa, se essa mulher não gosta de você, ela é doida, sabe que eu achei ela com cara de maluca. Meu filho, você é romântico demais, vai sofrer demais nessa vida, oh judiação!”*

Figura 21 - Imagens da conversa entre Antônio e Dona Célia.



Fonte: Globoplay (2019) – imagens retiradas do episódio Tuca.

A mulher-mãe do agressor tenta descredibilizar a imagem de Tuca perante o filho, que a interrompe afirmando que seu amor por Tuca é incondicional. Nesse momento, então, a mãe o incentiva a continuar a perseguição, aconselhando-o a ir atrás da ex e explicar para essa mulher o tamanho do seu amor, *“Você tem que chegar perto, olhar no olho e dizer, te amo! Entendeu, chegar junto”*.

O sujeito-mãe, no seu papel, envolve-se na relação ao ponto de ir ao trabalho de Tuca em busca de tentar convencê-la a voltar com Antônio. Ao chegar lá e ouvir sobre os crimes que seu filho estava cometendo, a mãe enuncia: *“O meu filho, acho que não”*. As formações discursivas fazem parte do complexo das formações ideológicas e, por esse motivo, os sujeitos submetidos à ideologia e identificados com uma determinada formação discursiva assumem posições dentro de cada uma delas, e é a partir dessas posições que eles enunciam, no caso, a posição-sujeito mãe revela valendo-se da negação e ocupa o espaço do discurso do amor incondicional. A série retrata isso e, ao passo que o faz, coloca a mãe como protagonista. O filho age, mas a mãe é a culpada. A partir de enunciados nutridos de um simulacro de amor-cego, a mulher mãe enfatiza a culpa das mulheres, *“As mulheres são assim, né! Elas se jogam em cima do meu filho e ficam, ficam seduzindo até ele se apaixonar, quando ele se apaixonar, pumba, vão embora e deixam ele sofrendo”*.

Num outro momento, Célia pergunta: *Você já foi casada? Já teve filho?* Tuca responde que não e questiona o que aquilo tinha a ver, a mãe diz: *“Tem tudo a ver, se você tivesse sido mãe, seria capaz de compreender, eu só estou te pedindo uma chance, uminha” [sic]*. Os discursos sobre a mulher são expressos de forma padronizada, seguindo uma lógica de sentidos fixos, onde se constrói um conjunto de

falas homogêneas, com o objetivo de criar um "real natural-social-histórico-homogêneo" (Pêcheux, 2015, p. 32) sobre o que significa ser mulher e, no caso, estar na posição de mãe. Nesse processo, são descartadas as possibilidades de variação entre as categorias socialmente impostas para o gênero feminino, e os discursos sobre as mulheres são uniformizados, visando controlá-las por meio do que é dito.

Tal mecanismo ideológico demonstrado na fala de Célia, "*se você tivesse sido casada ou mãe iria entender*", faz retornar no fio discursivo o papel da mulher na sociedade e, com ele, uma certa sapiência: o casamento e a maternidade dariam à mulher conhecimentos outros que a mulher solteira e sem filhos não teriam. Tuca não era capaz de entender as ações da mãe de Antônio porque nunca tinha sido mãe, como poderia julgá-la sem ter desempenhado esse papel? O sujeito-mãe está incutido de marcas que o conectam a função social atribuída à maternidade.

Valho-me da reflexão de Schröder (2018) quando diz que a sujeição do indivíduo ao processo inconsciente resulta na sua subordinação às ideologias dominantes, que estabelecem comportamentos e uma lógica de conduta autorizada pelos discursos institucionais. Isso se manifesta na abordagem da maternidade, expondo lacunas e incertezas em relação às construções discursivas que a naturalizam como um processo inevitável, bem como o nascimento, crescimento e morte. O não-dito desafia a ordem discursiva da naturalização e a questiona.

De modo geral, os relatos das mulheres que foram vítimas de violência doméstica evidenciam, por meio do processo discursivo, noções sobre a condição feminina que são consideradas como inquestionáveis – se você é mulher, você só pode ser assim. Essa evidência de significado – resultante de um processo de interpelação ideológica – leva à aceitação naturalizada de conhecimentos tradicionais, dominantes e hegemônicos em relação às expectativas em relação às mulheres e ao idealizado imaginário da feminilidade.

O discurso da mãe remete ao definido por Butler (2010) ao se referir que as noções de gênero são uma das categorias que constituem o sujeito, e que os corpos são dispostos para "performarem", isto é, desempenharem determinadas práticas ao longo de sua vida. Ao afirmar que os corpos são dispostos para "performarem" determinadas práticas, Butler sugere que os corpos são moldados e disciplinados para se adequarem às normas de gênero dominantes.

Em resumo, Butler argumenta que as noções de gênero não são fixas ou essenciais, mas sim construções sociais que são realizadas e reforçadas através de

práticas e comportamentos específicos, desafiando a ideia de que o gênero é determinado pelo sexo biológico e enfatiza a importância de reconhecer o papel da cultura e do poder na formação das identidades de gênero (Butler, 2010).

No entanto, o que mais explicita as marcas desse discurso, é a voz autorizada do especialista e psiquiatra Luiz Sperry, que entrecorta as cenas acima descritas, dizendo:

SD5: *“Você vê, e aí, como é que a pessoa vai conseguir construir um relacionamento saudável, numa situação psíquica saudável, se você tem alguém no nível da mãe, dizendo que essa fantasia absurda que você tem é verdade. Se a mãe vira e fala: de fato, a culpa é delas, vai lá que você tem razão, isso é devastador, né!”*
(Globloplay, 2019).

O fato da SD5 inquietar está ligado ao fato de que o discurso do psiquiatra desliza da formação discursiva da medicina, origem do sujeito discursivo, para a formação discursiva da maternidade; o discurso do profissional deixa marcas do não-dito, mostrando que o corpo da mulher-mãe é discursivizado ideologicamente e este atravessamento é conduzido conforme as questões de uma época, independente do campo ao qual este corpo será dito; é um corpo de sujeito sem voz e ao mesmo tempo de tantas vozes que falam nele. “Todo corpo está investido de sentidos enquanto corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são cruciais, da mesma forma que, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos” (Orlandi, 2017, p.34).

Por intervenção da perspectiva psicanalítica, há uma visão sobre a experiência da maternidade que ainda é presente em alguns discursos e ideias sobre o tema. O discurso do psiquiatra vai ao encontro do que dizem Brasil e Costa (2018), ao refletirem sobre as teorias como a de Winnicott, importante psicanalista britânico e expoente do maternalismo, que enxerga a maternidade como uma etapa natural na vida das mulheres, e responsabiliza as mães pelo desenvolvimento de doenças mentais em seus filhos.

O discurso do psiquiatra é atravessado por uma formação discursiva científica, ao enunciar, *“como é que a pessoa vai conseguir construir um relacionamento saudável, numa situação psíquica saudável, se você tem alguém no nível da mãe, dizendo que essa fantasia absurda que você tem é verdade”*. Segundo essa formação discursiva, que coloca a mãe como a "grande responsável" pela felicidade de seu filho, o sujeito-mãe tem o dever de deter denominadas características maternas, alicerçada

no entendimento de que a mãe é a principal responsável pelo equilíbrio social e emocional do filho. É ela que deveria manter a segurança e estabilidade dele, e toda essa sabedoria deve ser mobilizada de modo que o sujeito-mãe tome decisões sábias e eficientes, garantindo a felicidade de todos.

Uma vez que a mãe é estabelecida num papel, ela não pode mais evitá-lo sem sofrer condenação moral, o que historicamente tem sido uma das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres. Ademais, a psicanálise desempenhou um papel significativo na valorização do papel materno como figura central da família, ao compreender que o inconsciente é formado durante a infância, especialmente nos primeiros anos. Por esse motivo, os psicanalistas começaram a questionar e investigar a mãe diante de qualquer sinal de perturbação psicológica na criança. Embora a psicanálise nunca tenha declarado que a mãe é a única responsável pelo inconsciente do filho, é inegável que ela foi prontamente considerada como uma causa imediata, senão primordial, para o equilíbrio psicológico da criança (Badinter, 1985).

Rich (1981) reforça esse pensamento ao dizer que a sociedade impõe às mães o que não depende somente delas – os atos dos filhos – dando estímulo à formação de uma maternidade que pode ser entendida como uma espécie de “instituição social compulsória”, que se mantém em razão do mito do amor materno, que estabelece padrões de condutas diante dela, legitimando discursos que responsabilizam a mãe pelo comportamento do filho.

Os especialistas em psicologia, psiquiatria e outras áreas tiveram um papel significativo na elaboração da noção de culpa materna por meio da formulação de teorias sobre psicopatologias e distúrbios mentais em crianças, em que as mães são frequentemente apontadas como a fonte primária desses problemas psicológicos, e as marcas dos efeitos de sentido presentes no discurso de Sperry reforçam essa teoria. O psiquiatra destaca que é extremamente difícil para uma pessoa construir relacionamentos saudáveis e manter uma saúde psicológica estável quando é constantemente apoiado por alguém próximo, como a mãe, concordando que suas fantasias absurdas são verdadeiras, validando suas experiências e percepções.

Enquanto o desequilíbrio emocional da mãe é apontado pelo especialista como um fator determinante para o desenvolvimento dos problemas mentais de Antônio, devido à negação constante em reconhecer os problemas mentais do filho e à falta de um ambiente psicologicamente saudável para seu crescimento e desenvolvimento emocional, é perceptível como a mulher-mãe é discursivizada ideologicamente na

série, e este atravessamento é conduzido conforme as questões de uma época, independente de por qual campo este corpo será dito, é um corpo de sujeito sem voz e ao mesmo tempo de tantas vozes que falam em si. A mulher é investida de sentidos enquanto corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são cruciais, da mesma forma que, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos (Orlandi, 2017).

O discurso médico herdado de Freud, segundo Badinter, molda o discurso que a psicanálise difundiu durante muito tempo, o pensamento de que uma criança afetivamente infeliz é consequência de uma mãe má (Badinter, 1985). Na verdade, para ser considerada uma "boa mãe" pela psicanálise, é desejável que a mulher tenha vivido uma infância com uma evolução sexual e psicológica satisfatória, em companhia de uma mãe também relativamente equilibrada (Badinter, 1985), o que, provavelmente, não ocorrera com Antônio, visto que a mãe alimentava os delírios do filho.

Em outro momento da série, após ser decretada a prisão preventiva de Antônio, em razão de ter descumprido a medida protetiva contra ele, devido ao fato de ter continuado a perseguir e ameaçar Tuca de morte, os policiais vão até a casa da mãe, já que Antônio morava com ela, para prendê-lo. Célia, indignada com os policiais, questionou a invasão domiciliar, dizendo que o filho não estava em casa, que o porteiro que havia falado com os policiais era um bêbado.

O processo de desculpabilização de Antonio e culpabilização da mãe causa um estranhamento, justamente, porque parece que há sempre, em tela, uma leitura que destitui o espaço de vítima da vítima. Ao dar destaque à mãe de Antônio nesse contexto, a história desvia a atenção das questões centrais e fundamentais que devem ser abordadas.

Entende-se que a história poderia proporcionar uma reflexão mais profunda sobre os danos causados pela pornografia de vingança, oferecendo uma análise sensível das repercussões psicológicas e sociais vivenciadas pelas vítimas. Dessa forma, a narrativa poderia contribuir para a conscientização e o entendimento do público em relação a essas questões graves e urgentes, promovendo uma discussão mais ampla sobre a violência de gênero e a proteção dos direitos individuais no mundo digital. Contudo, é possível dizer que o episódio "Tuca" falha em seu propósito no momento em que descentraliza a culpa do agressor para a mãe, quando a torna o ponto central da narrativa, induzindo o telespectador a acreditar que as ações do filho

foram determinadas pelo comportamento dela, que deixa de ser somente responsável pela sobrevivência dele, passando a ser responsável pelo seu desenvolvimento emocional e psicológico. O filho se torna vítima da superproteção da mãe, portanto, não culpado.

4.3 NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA

Nesta última seção, volta-se, novamente, à tese da culpabilização das vítimas. Como veio procurando-se mostrar, no docudrama, tem-se discursos que refletem a construção de um imaginário social que culpabiliza as mulheres pela agressão sofrida. Buscou-se refletir sobre os discursos que desresponsabilizam o culpado e que mostram a presença de narrativas que visam justificar a violência e deslocar a responsabilidade dos agressores, minimizando a gravidade de seus atos.

A naturalização das ações do agressor pode ser interpretada como uma forma de desculpabilização, em que a responsabilidade pelo ocorrido é diminuída ou até mesmo atribuída à vítima. Ao desconsiderar a gravidade da agressão e a necessidade de responsabilização, essa perspectiva enfraquece o combate à violência contra as mulheres e contribui para a manutenção de uma cultura que tolera ou normaliza tais comportamentos, demonstrando que a relação entre as práticas de violência no discurso está ligada aos efeitos de identificação resultantes da influência ideológica que molda o indivíduo. Sendo assim, a maneira como o sujeito se conecta com a exterioridade pode desempenhar um papel crucial na ativação da violência no discurso, visto que “a formação ideológica (...) fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas” (Pêcheux, 1975, p. 162).

No recorte extraído do episódio "Érica" – a jovem cujas imagens e vídeos são divulgados em grupos de *WhatsApp* – o comportamento do agressor, graças ao discurso da antropóloga Beatriz Aciolly Lins, é justificado:

SD6: “Talvez ele nem tenha entendido o que ele estava fazendo como uma violência, ou não fosse nem a intenção dele”.

A afirmação de que o namorado de Érica pode não ter entendido suas ações como uma violência minimiza a gravidade do acontecido. Isso implica que a agressão

não é tão séria ou prejudicial como é geralmente percebida, ou que a falta de intenção de causar danos exime o agressor da responsabilidade pelas consequências de suas ações, o que pode ser interpretado como uma forma de desculpabilização.

Além disso, a legitimação das ações do agressor também pode levar a uma problematização da autonomia das mulheres. Ao não aceitar suas experiências e minimizar as violências sofridas por elas, a estrutura social questiona a validade de suas perspectivas e dificulta o reconhecimento de suas lutas por igualdade e respeito. A falta de aceitação pode ser observada em todas as personagens da série, que são retratadas como mulheres sofrendo violência.

A afirmação de Lins (2019), de que o agressor pode não ter entendido suas ações como uma violência, é problemática por vários motivos. Primeiramente, ela sugere que a agressão é apenas uma questão de interpretação subjetiva, ignorando a existência de normas sociais, leis e convenções que definem claramente o que constitui violência, perspectiva esta que relativiza a noção de violência, permitindo que ações agressivas sejam justificadas ou desculpabilizadas com base na suposta falta de compreensão ou intenção do agressor.

Ainda, ao desconsiderar a intenção de Roger como um critério-chave na avaliação da violência, estamos focando exclusivamente nas consequências das ações e no impacto sobre a vítima. Mesmo que o agressor não tivesse a intenção de causar danos, isso não elimina a responsabilidade pelas consequências prejudiciais de suas ações, pois é primordial reconhecer que a violência pode ocorrer independentemente das intenções do agressor, uma vez que a avaliação da violência não se baseia apenas nas intenções, mas também no dano causado e nas relações de poder subjacentes. A falta de responsabilização do agressor pode levar à perpetuação de um ciclo de violência e à falta de proteção das vítimas. Ao atribuir a falta de compreensão do agressor como uma justificativa para suas ações, estamos essencialmente eximindo-o de qualquer responsabilidade ou consequência pelos danos causados, o que cria um ambiente em que a violência de gênero é naturalizada e tolerada.

No decurso do episódio, após a divulgação das fotos e vídeos de Érica, a mãe a questiona e a culpa pelas fotos e vídeos divulgados. Érica tenta se defender, afirmando que não fez nada e que foi o Roger quem a filmou sem o seu conhecimento, no entanto, a mãe continua responsabilizando-a, argumentando que se ela não tivesse tirado a roupa, não haveria nada para ser filmado. Érica percebe o viés

patriarcal presente nas palavras da mãe e tenta fazer com que ela enxergue a situação de forma diferente, ao expressar sua frustração e dizer que a mãe está agindo de maneira machista. No entanto, ela responde que não é machista, mas realista.

SD7: A mãe: *"me diz, me explica, por que você gravou este vídeo?"*

Érica: *"mãe, eu não fiz nada! Foi o Roger! Foi ele que me gravou pelada, eu não sabia nem que eu estava sendo gravada."*

A mãe: *"Érica, se você não tivesse tirado a roupa, ele nem tinha o que filmar."*

Érica: *"não é possível que você não repare o quanto machista está sendo."*

A mãe: *"eu não sou machista, eu sou realista!"*

A mãe, ao atribuir a culpa a Érica e enfatizar suas ações em vez de responsabilizar o agressor, está adotando uma perspectiva equivocada, perpetuando estereótipos de culpabilização da vítima e reforçando a ideia de que o comportamento de Érica justifica a violação de sua privacidade e consentimento. Nesses movimentos discursivos mobilizados, aciona-se o discurso de que houve causa (se deixar filmar) daquilo que não poderia haver (a divulgação das fotos e vídeos de Érica). Esses dois saberes expressos no discurso envolvem, assim, duas maneiras de lidar com as FD que surgem para falar da causa e da mulher responsável por ela, o que, por sua vez, está relacionado ao crime e ao autor, sendo que este último é dito apenas com base nas ações e causas atribuídas à vítima.

Ao dizer à sua filha: *"Érica, se você não tivesse tirado a roupa, ele nem teria o que filmar"*, após ela ter sofrido um ato de violência, deixa exposta a construção histórica e ideológica em torno da dominação masculina: o homem tem seu ato violento justificado pelo simples fato de ser homem, enquanto a mulher aceita essa justificativa, pois naquela frase está implícita a ideia de que "homens podem ser fazer o que quiser". Essa permissão, que se estabeleceu como institucionalizada e internalizada, perpetua-se nas nuances dos discursos no decorrer da narrativa.

Pressupondo que a violência contra as mulheres com frequência silencia questões que subjazem a ela e, por vezes, esse silêncio também é mantido por fatores relacionados a formações ideológicas e culturais nas quais as pessoas envolvidas estão inseridas, como acontece no episódio Érica, surge um novo aspecto que precisa ser analisado, o silêncio.

De acordo com Orlandi (2007, p. 31) o silêncio não possui a natureza do próprio silêncio; pelo contrário, nele reside um sentido ou múltiplos sentidos, ele intercede as

relações entre linguagem, mundo e pensamento e “resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem”, significando e ressignificando, visto que ela não é transparente. O silêncio não está apenas entre as palavras. O silêncio atravessa as palavras, existe entre elas e/ou ainda indica que o sentido pode ser sempre outro. Através do silêncio se pode reconhecer que, para dizer, é preciso não-dizer (Orlandi, 2007). Os efeitos de sentido dos dizeres “*se você não tivesse tirado a roupa ele nem tinha o que filmar*” e a transferência da responsabilidade para outros fatores “*talvez ele nem tenha entendido o que ele estava fazendo como uma violência, ou não fosse nem a intenção dele*”, podem ser considerados mecanismos de silenciamento, a partir do momento em que desviam o foco dos agressores. Ao criar um ambiente em que as vítimas são responsabilizadas, o silenciamento ocorre tanto no nível individual, inibindo as mulheres de compartilharem suas experiências e buscar ajuda, quanto no nível social, perpetuando a desvalorização e a invisibilidade das vítimas de violência. Portanto, essa forma de atribuição de culpa pode ser considerada uma estratégia de silenciamento que mantém as estruturas de poder e desigualdade.

Na perspectiva discursiva, Orlandi (2007) nos ensina que há dois níveis distintos de silenciamento, o silêncio imposto pela censura, que responde com o silêncio dos “outros” sentidos que ele constitui em uma outra região, e o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito, que produz as condições para significar, para dizer, é preciso não dizer; uma palavra apaga outra. Também nos é apresentado pela autora o conceito de política do silêncio.

De acordo Orlandi, a política do silêncio, ou ato de silenciar, pode ser dividida em duas formas distintas: silêncio constitutivo e silêncio local. O silêncio constitutivo implica que, ao expressar uma determinada afirmação, o indivíduo faz escolhas específicas, deixando de lado outras possibilidades de sentido. Assim, certos significados são produzidos enquanto outros são negligenciados, o que nos remete a um conselho da mãe de Érica:

SD8: *“Filha, você precisa esquecer, sair dessa, esquecer esse lance com o Roger, seguir em frente, isso aí acabou [...]”*

Por sua vez, o silêncio local refere-se à proibição explícita de discutir um determinado assunto. Um exemplo disso é a censura, que ilustra como essa forma de silêncio opera. A autora enfatiza que a censura também deve ser considerada em sua

dimensão linguística, histórica e, portanto, discursiva (Orlandi, 2007). Ao ouvir que a filha desejava dar queixa, a mãe continua:

SD9: *“Tem certeza do que você quer, meu bem? Pensa bem, porque um processo, isso tudo, você vai ter que ficar encarando isso [...]”*.

Analisando discursivamente, retomando os dizeres da mãe de Érica, podemos estabelecer uma conexão entre o silêncio constitutivo e a necessidade de fazer com que a filha esqueça e siga em frente mencionada na SD8 retirada do episódio Érica: *“Você precisa esquecer, sair dessa, esquecer esse lance com o Roger, seguir em frente, isso aí acabou [...]”*, assim como o silêncio local e a menção ao processo que a pessoa terá que enfrentar na SD9: *“Tem certeza do que você quer, meu bem? Pensa bem, porque um processo, isso tudo, você vai ter que ficar encarando isso [...]”*.

O silêncio constitutivo refere-se ao que não é dito, mas que está implícito nas palavras e nas ações. Nesse caso, que as palavras "esquecer" e "seguir em frente" estão carregadas de significado, pois indicam uma tentativa de apagar o impacto do crime, sugerindo que é algo que pode ser facilmente superado, “um lance”. Por sua vez, o silêncio local impõe um silêncio muito significativo nos dizeres da mãe, próprios de discursos que envolvem crimes sexuais, a menção ao processo que a pessoa terá que enfrentar, o uso de expressões como "isso tudo" e "ficar encarando isso" sugere que será algo desconfortável, desafiador ou potencialmente problemático que ela terá que enfrentar, deixando a entender que não seria nada fácil encarar a situação, a pressão imposta pela sociedade ao se expor ainda mais, portanto o ideal seria desistir de denunciar o crime.

Para Orlandi (2007, p. 31) “em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”. Nessa perspectiva, o silêncio é imposto (pela mãe), devido a uma restrição externa ou à tentativa de evitar consequências indesejadas – mais exposição da família – inimizade com a família de Roger - contraposta a resistência de Érica, que queria denunciá-lo.

Dessa forma, percebemos como o silêncio permeia a comunicação nessa situação, não apenas entre as palavras, mas também dentro delas. Os silêncios apontados indicam a necessidade de não dizer certas coisas para que se possa construir um novo sentido ou evitar certas consequências, expondo assim, a complexidade e a importância do silêncio na produção do discurso.

Encaminhando-se para o final do episódio, a mãe fez uma escolha importante ao permitir que Roger fosse até sua casa para terem uma conversa sobre o que ele tinha feito, demonstrando abertura para que ele pudesse se explicar (como se isso tivesse alguma justificativa), e impedir de ser responsabilizado pelo crime que cometeu. Durante esse diálogo, houve um momento em que a mãe concordou com Roger ao mencionar que as famílias eram amigas, reforçando assim sua argumentação de que essa amizade poderia ser um motivo válido para absolvê-lo de culpa, sendo o único momento que ela se expressa verbalmente.

SD10: Roger: *Você não pode fazer isso, por favor! Tia, Érica, a gente se conhece desde pequeno, a gente cresceu junto, nossos pais são amigos.*

Mãe de Érica: *Então!!!*

Roger: *Isso ia acabar com minha vida, não sei, mas por mim essa história poderia acabar aqui.*

Figura 22 - Imagens da conversa entre Roger, Érica e sua mãe.



Fonte: Globoplay (2019) – imagens retiradas do episódio Érica.

Essa afirmação da mãe - que as famílias eram amigas - reflete a complexidade das relações interpessoais e a influência dos laços afetivos na tomada de decisões delicadas como essa, pois ocorreu em meio à tensão causada pela ameaça de Érica de levar o caso à delegacia, o que nos faz refletir que a “política do silenciamento” na análise do episódio de “Érica” não se trata somente de uma censura ditatorial, visto que a sociedade estabelece uma conexão entre o conceito de silêncio e censura, ou seja, é necessário evitar falar sobre qualquer tema que possa de alguma forma causar ofensa, agressão, desmoralização ou afetar negativamente psicologicamente alguém dentro dessa sociedade, mas também neste caso, social, o sujeito-vítima é silenciado em razão das relações de poder exercidas pelo abusador, bem como da sociedade

que interdita o discurso do abuso, a partir do momento que, em alguns casos, naturaliza, silencia e julga e culpabiliza as mulheres. A falta de uma reação por parte da mãe pode ser interpretada como uma omissão ou falta de suporte emocional à Érica, deixando-a desamparada diante da situação, essa omissão reforça o padrão de silenciamento e falta de suporte às vítimas, permitindo que o abuso persista e cause danos psicológicos ainda maiores. Nesse contexto, a análise fala da conexão entre a política do silenciamento e as relações de poder.

Orlandi (2007) argumenta que o poder não está apenas relacionado à coerção e à imposição de uma vontade sobre o outro, mas também se manifesta nas estruturas simbólicas e nos jogos de linguagem. As estruturas de poder operam na construção dos discursos, influenciando a forma como as pessoas percebem, interpretam e representam a realidade, o silêncio da mãe de Érica colaborou para que a filha desistisse de processar o ex-namorado, contribuindo para a manutenção da impunibilidade do agressor. Ao silenciar a mãe está significando, e a política do silenciamento pode explicar por que a mãe de Érica optou por não interferir na situação em razão da amizade das famílias, pois, em locais determinados, o silêncio se impõe de forma automática.

Quando nos referimos ao que não é dito, surge a questão da sua incompletude, levando em consideração que toda fala está ligada à ausência, ao equívoco, uma vez que toda linguagem é incompleta. “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 1992, p. 12). Diante disso, compreender o silêncio nesta narrativa, implica em anunciar como ele significa, ou seja, não se trata de atribuir um sentido metafórico em relação à fala, como traduzir o silêncio em palavras, mas sim de entender os processos de significação que estão em ação e conhecer suas formas de significar.

A análise do silêncio torna-se complexa quando ele se torna uma parte essencial do discurso, possivelmente desempenhando um papel fundamental na sua estruturação. Ao analisar o silêncio da mãe neste episódio da série, expressa-se a complexidade e a riqueza de significados que podem surgir a partir do que não é dito.

A compreensão do que não é dito pelo sujeito é uma característica que abarca uma variedade de significados, e o silêncio desempenha um papel crucial na construção do discurso, permitindo que o público ao qual é direcionado atribua a ele interpretações e significados pessoais e exclusivos, de acordo com a sua própria

constituição. Torna-se válido refletir sobre como as palavras e o silêncio podem influenciar a forma como percebemos e abordamos eventos traumáticos, como um delito, por exemplo. Ignorar ou minimizar a gravidade de um crime pode ser extremamente complexo, pois pode desconsiderar o sofrimento das vítimas e dificultar a busca por justiça.

Nesse entendimento, a responsabilidade da série ao abordar os casos com seriedade e responsabilidade se torna ainda maior, considerando a tendência de naturalizar, minimizar ou ignorar a gravidade da violência perpetrada contra as mulheres – como no episódio Érica - muitas vezes a justificando por meio de estereótipos de gênero ou pelo comportamento da própria vítima, bem como a desculpabilização do agressor, a qual ocorre quando se busca justificar ou desculpar seus atos, atribuindo a culpa a fatores externos, como estresse, álcool, drogas ou problemas psicológicos, pois embora esses fatores possam estar presentes, é importante lembrar que a violência contra as mulheres não é causada por eles, mas sim por uma escolha consciente do agressor, como vimos em todos os episódios analisados.

Ao naturalizar a violência e desculpabilizar o agressor, a série desvia a atenção da violência em si, contribuindo para a perpetuação de um ciclo de violência, dificultando a busca por justiça e proteção, desse modo, indo de encontro ao propósito do diretor Jardim, que era gerar identificação com os telespectadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, o papel da mulher no mundo tem sido frequentemente afetado por contextos discriminatórios. A desigualdade entre os gêneros masculino e feminino pode ser atribuída a uma variedade de fatores, como diferenças biológicas, motivações culturais, religiosas e outros. Durante séculos, as diferenças biológicas entre homens e mulheres foram usadas para justificar a discriminação de gênero.

A capacidade de engravidar e dar à luz foi vista como um fator que limitava a participação das mulheres em certas esferas da sociedade, o que resultou em restrições em áreas como educação, emprego e participação política, e os aspectos culturais e religiosos desempenharam um papel significativo na subordinação das mulheres ao longo do tempo. Normas sociais e crenças arraigadas em muitas sociedades perpetuaram estereótipos de gênero e atribuíram papéis específicos às mulheres, muitas vezes restringindo seu poder e influência, originando uma divisão desigual do trabalho, com as mulheres sendo frequentemente relegadas a funções domésticas e cuidados com a família. Como consequência, deu-se início a violência, a partir do momento em que a mulher foi vista como um ser inferior, o que de certa forma, foi e (é) um impedimento para que esse panorama mude, e ela avance social e profissionalmente na mesma proporção do homem. Percebe-se, a partir disso, que ao longo de uma história, as condutas destinadas às mulheres foram sendo definidas tomando-se, especialmente, como contraponto o gênero masculino: o que cabia ao homem, não cabia à mulher (e vice-versa).

A dinâmica social naturalizada e perpetuada nos diferentes espaços sociais, sejam eles o privado, o público, o religioso (e outros mais) mostra o machismo como elemento advindo da estrutura patriarcal. Levando em conta que o desejo de manutenção de uma ordenança masculina é algo historicamente presente na sociedade por meio de certa cultura familiar, escolar e religiosa, a sua naturalização cristaliza sentidos, embrutece a reflexão e torna exíguo o espaço da refutação de discursos contrários.

Observando recentes situações do contexto atual brasileiro que tem evidenciado uma nova onda de conservadorismo, a violência contra a mulher tem tomado outras dimensões. Se por um lado as redes sociais alcançaram seu protagonismo na vida cotidiana, permitindo ao sujeito dizer e fazer em conformidade com a livre expressão, uma nova forma de violência contra as mulheres se estabeleceu e os limites das agressões se excederam: as redes sociais têm sido um

espaço para a consumação de diversos crimes: assédio, ameaças, perseguição e ridicularização; exposição de momentos íntimos entre outros abusos expõem uma cadeia de fragilidades à posição-sujeito mulher que tem se consumado no espaço digital, demonstrando que a cultura patriarcal e machista herdada de uma sociedade historicamente excludente e repressiva continua a perpetuar o abuso e a dominação masculina em relacionamentos e interações sociais.

Nesse sentido, torna-se crucial questionar a forma como as mulheres são discursivizadas na sociedade, compreendendo que isso reflete a organização social e pode reforçar práticas de violência contra elas. Por essa razão, esta dissertação buscou analisar os discursos sobre as práticas de violência contra a mulher em um novo espaço - nas redes sociais - com foco em um docudrama como *corpus* de investigação.

Ao compreender que certos comportamentos são valorizados ou desvalorizados de acordo com normas sociais profundamente enraizadas em uma sociedade patriarcal e machista, que historicamente negou a autonomia feminina, esta pesquisa problematizou, por meio de recortes de cenas e enunciados da série "Vítimas Digitais" (2019), como o discurso de violência encontra respaldo em práticas de desculpabilização do agressor. Diante do quadro histórico que permeia as discussões das análises, observou-se como a violência contra a mulher foi abordada e expressa no *corpus* selecionado.

Os resultados deste estudo mostraram que os efeitos de sentido produzidos pela série geraram leituras antagônicas em relação aos objetivos declarados por seus idealizadores, que visavam reconhecer as mulheres como vítimas e promover uma reflexão na sociedade sobre o tema. Além de que, os recortes analisados mostraram a presença de uma memória sócio-histórica punitiva em relação ao comportamento feminino, atuando como um limitador que restringe o que as mulheres podem ou não fazer em relação ao seu corpo, sexualidade e escolhas, ao mesmo tempo em que deixa exposta uma tolerância em relação às ações dos homens.

Essas descobertas representam uma provocação ao discurso linear e explícito proposto pelo docudrama, que antes pretendia dar maior visibilidade às mulheres e suas histórias, destacando a necessidade de desconstruir as amarras sociais que perpetuam a desigualdade entre os gêneros para alcançar uma condição de equidade entre os sujeitos. A pesquisa enfatizou que ainda existem questões particulares que afetam todas as mulheres simplesmente por serem mulheres, devido aos preconceitos

arraigados nas estruturas sociais que favorecem o masculino em detrimento do feminino.

Em meio às análises realizadas nesta dissertação, ficou exposto que a violência contra a mulher é um problema de magnitude alarmante e complexa, que transcende fronteiras geográficas e culturais. O estudo desvelou como as redes sociais, apesar de serem consideradas uma ferramenta de empoderamento e livre expressão, têm se tornado um cenário para a disseminação de novas formas de violência, afetando especialmente as mulheres. Essas plataformas digitais possibilitaram o estabelecimento de uma nova ordem de agressões, onde o assédio, as ameaças, a perseguição e a exposição de momentos íntimos, entre outros abusos, se tornaram recorrentes.

No âmbito dos objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa, foi possível analisar nas SDS selecionadas, como emerge a presença de um discurso ancorado em uma formação discursiva materna que busca desculpabilizar o agressor. Além disso, interpretou-se como essa formação discursiva materna contribui para a manutenção do discurso da culpabilidade feminina, e compreendeu-se como a violência contra a mulher é naturalizada e minimizada nas narrativas analisadas por meio da desculpabilização do homem em contraste com a culpabilização da vítima.

A reprodução de sentidos que culpabilizam a mulher, longe de ser uma falha isolada, revela-se como uma janela direta para a realidade que enfrentamos. Ela não apenas demonstra como esses sentidos são recorrentes, mas também enfatiza a urgência de um debate mais amplo e profundo sobre o papel da mídia na perpetuação de estereótipos prejudiciais.

Ao analisar os diversos discursos presentes, é importante reconhecer que eles surgem de uma narratividade complexa, composta por várias vozes entrecruzadas que se amalgamam em um discurso coletivo.

Nesse contexto, torna-se relevante direcionar nossa atenção às discussões de culpabilidade, especialmente aquelas relacionadas à esfera da vida privada. Refletir sobre a forma como a mulher é discursivizada pela/na sociedade, exterioriza a organização dessa sociedade e propicia que ao analisar os discursos que falam dela, provoquem escutas mais atentas sobre as práticas de violência e os discursos que se organizam em torno dessas ações. Por isso, verter o olhar para as diversas formas de manifestação da violência contra a mulher possibilita entender a complexidade dessas questões-problemas, que geram consequências para a vida das mulheres.

O trabalho se insere como uma contribuição aos estudos já existentes sobre essa temática, buscando promover reflexões que possam desestigmatizar esse grave problema. Em suma, pretendeu-se contribuir para as reflexões sobre a violência contra a mulher, demonstrando como os crimes e as culpas podem ser compreendidos a partir de outras perspectivas. Por meio de uma análise do *corpus* selecionado, foi possível desvelar as dinâmicas discursivas que perpetuam a violência de gênero nas redes sociais.

Por fim, esta dissertação objetivou falar sobre a importância contínua de pesquisas e debates que busquem promover uma mudança significativa e duradoura na forma como a violência contra a mulher deve ser compreendida e enfrentada.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado**. 6.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

AGÊNCIA SENADO. **Senado aprova criação do crime de 'stalking'**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/03/09/senado-aprova-criacao-do-crime-de-stalking>. Acesso em: 10 nov.2022.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 16 – 2022. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 10 jan.2023.

ARTE ABERTA. **De 1995 a 2015, apenas 16% dos filmes lançados foram dirigidos por mulheres**. 2016. Disponível em: <http://arteaberta.com/de-1995-a-2015-apenas-16-dos-filmes-lancados-foram-dirigidos-por-mulheres/>. Acesso em: 02abr. 2022.

AZEREDO, Caroline M. de Oliveira, DE CARLOS, Paula Pinhal, Wendt, Emerson. A internet e a violência contra a mulher: uma análise sobre a aplicação da Lei Maria da Penha aos casos de violência psicológica no contexto virtual. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Vol. 119/2016, p. 305-326, mar-abr/2016.

BADINTER, E. B. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALLOUSSIER, A. V; BOLDRINI, A. **Mulheres dirigem 16,5% dos filmes nacionais; leia relatos sobre machismo no cinema**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 09 nov. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/11/1703720-mulheres-dirigem-165-dos-filmes-nacionais-leia-relatos-sobre-machismo-no-cinema.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BARRETO, A.G; BRASIL, B. S. **Manual de Investigação Cibernética: À luz do Marco Civil da Internet**. 1.ed. São Paulo: Brasport, 2016.

BARROS, Diana. P. **O discurso intolerante na Internet: enunciação e interação**. 2011. XVIII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina. João Pessoa-Paraíba, Brasil.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BBC NEW SBRASIL. **O que faz apenas 4% dos diretores de filmes de Hollywood serem mulheres.** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42614064>. Acesso em: 20 abr.2022.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRANDÃO, H. H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, 96 p.

BRASIL. **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Lei n. 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021.** Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL, M.V; COSTA, A.B. **Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade:** diálogos possíveis? *Psicol. clin.* [online]. 2018, vol.30, n.3, pp. 427-446. ISSN 0103-5665. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A02>. Acesso em: 12 mar.2023.

BRASIL, L. L. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso:** desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272855242_Michel_pecheux_e_a_teoriam_a_analise_de_discurso_desdobramentos_importantes_para_a_compreensao_de_uma_tipologia_discursiva. Acesso em: 13 jan.2023.

CASTRO, A. L; SYDOW, S. **Stalking e Cyberstalking:** obsessão, internet, amedrontamento. Belo Horizonte: D' Plácido, 2017.

CRESPO, Marcelo. **Algumas reflexões sobre o Cyberstalking.** Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/algumas-reflexoes-sobre-o-cyberstalking/>. Acesso em: 02 dez. 22.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, C. P. T; “**A tutela penal do stalking**”. São Paulo: Elegantia Juris, 2014.

FOLLADOR, K. J. **A mulher no patriarcado brasileiro**. Revista fatos & versões, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/klsL9. Acesso em: 27 mai. 2022.

GADET, F; HAK, T (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Pêcheux. Tradução Bethânia S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

GIMENES, E. A. S. G. Crimes Virtuais. **Revista Doutrina**, 2013. Disponível em: [https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/dicao055/Emanuel Gimenes.html](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/dicao055/Emanuel%20Gimenes.html). Acesso em: 14 nov.2022.

GLOBOPLAY. **Vítimas digitais**. Série documentário. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/vitimas-digitais/t/ZHNhCPMB9n/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GRECO, Rogerio. Curso de Direito Penal – Parte Geral – Volume I. 22.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

HUMANOS, Grupo de Pesquisa Internet e Direitos. **Observatório Brasileiro de Violência Online**. 2020. Disponível em: <https://www.internetedireitoshumanos.com.br/observat%C3%B3rio-brasileiro-de-viol%C3%A4Anci>. Acesso em: 11 mai. 2022.

JESUS, D. D. **Manual de Crimes Informáticos**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

LIBERDADE ON-LINE? **Como meninas e jovens mulheres lidam com o assédio nas redes sociais**. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2020/10/LIBERDADE-ON-LINE-20201002.pdf>. Acesso em: 12 dez.2022.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pecheux hoje. Campinas: Pontes, 2002.

GREGOLIN, M.R. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido**: mídia e produção de identidades. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Gregolin_Formacao_discursiva_redes_de_memoria.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Quem é Marielle Franco?** Disponível em: https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle?gclid=Cj0KCQjwy9-kBhCHARIsAHpBjHjRB09PM-CFbk8ZqCMU2I5-F_rNQli_QjCmJdoWdKilQbnhuD-wYawaApyOEALw_wcB. Acesso em: 23 jun. 2023.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

ORLANDI, E.P. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E.P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Belo Horizonte: Pontes, 2012.

ORLANDI, E.P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. In: **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, 2015. p. 9-12.

ORLANDI, E.P. **Eu, Tu, Ele. Discurso e real da história**. 2.ed. Belo Horizonte: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. Determinação, formação do nome e encaixe. In: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p.95 – 103.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (vol. 3)

PRADO, Luiz. Regis. **Curso de direito penal Brasileiro: volume II, parte especial**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

RELATÓRIO VIOLÊNCIA DE GÊNERO. **ONU Mulheres Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2022.

RICH, Adrienne. *Of woman born. Motherhood as experience and institution*. 3. ed. London: Virago, 1981.

SAFERNET.ORG. **Sexting é uma expressão da sexualidade na adolescência**. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/sexting-%C3%A9-uma-express%C3%A3o-da-sexualidade-na-adolesc%C3%Aancia>. Acesso em: 13 set. 2022.

SAFERNET.ORG. **O prazer e o perigo do Sexting**. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/o-prazer-e-o-perigo-do-sexting>. Acesso em: 13 set. 2022.

SAFERNET.ORG. **Denúncias de crimes de discurso de ódio e de imagens de abuso sexual infantil na internet têm crescimento em 2022**. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-crimes-de-discurso-de-odio-e-de-imagens-de-abuso-sexual-infantil-na-internet>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expresso Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHRÖDER, L. T. *Leniência discursiva: a culpa, a punição e a rendição*. In: TARINI, Ana Maria F.; ORSATTO, Franciele L. O. **Mulheres sobre Mulheres: Reflexões à luz da análise de discurso**. Curitiba: Editora IFPR, 2018.

SILVA, J. C. L da. Responsabilização civil por stalking. **Monografia do curso de Direito**. 2018. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora Professora Livia Teixeira Leal. Disponível em: <https://docplayer.com.br/209016566-Julia-castro-lucas-da-silva-responsabilizacaocivil-por-stalking.html>. Acesso em: 15 dez. 2022

TELLES, N. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TEIXEIRA. T. **Manual de investigação cibernética: à luz do marco civil da internet**. Direito Digital e Processo Eletrônico / Tarcisio Teixeira. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

VIEIRA, E. M. (1999). História, política, conceitos - a medicalização do corpo feminino. In: Giffin, K & Costa, S.H (orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Editora Fio Cruz. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/t4s9t/pdf/giffin-9788575412916>. Acesso em: 12 mar. 2023.